

DEMONSTRAÇÃO CONTÁBEIS

RELATÓRIO ANUAL 2023



COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSÃO DA UNIÃO DOS VALES DO PIRANGA E MATIPÓ LTDA. - SICOOB UNIÃO

SICOOB UNIÃO

CNPJ: 01.060.307/0001-40

DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS

Em Reais

	Notas	2º Sem. 2023	31/12/2023	31/12/2022
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		90.412.344,07	167.648.160,54	117.667.150,51
Operações de Crédito	24	61.118.620,92	119.130.114,21	92.092.838,05
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	4.a	29.098.953,07	48.321.942,97	25.457.662,83
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		26.260,79	26.428,42	116.649,63
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		168.509,29	169.674,94	-
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	25	(59.505.328,01)	(107.080.660,63)	(71.469.521,65)
Operações de Captação no Mercado	14.d	(35.891.623,32)	(65.770.473,44)	(40.148.935,02)
Operações de Empréstimos e Repasses	16.b	(7.300.099,15)	(14.992.012,35)	(12.622.317,30)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(16.313.605,54)	(26.318.174,84)	(18.698.269,33)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		30.907.016,06	60.567.499,91	46.197.628,86
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		(15.687.721,50)	(34.032.770,10)	(27.611.471,02)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	26	12.327.338,12	21.696.614,26	14.449.668,45
Rendas de Tarifas	27	3.293.675,39	6.536.890,88	6.022.589,93
Dispêndios e Despesas de Pessoal	28	(15.657.853,66)	(30.878.277,50)	(27.396.491,82)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	29	(14.968.049,51)	(29.166.715,74)	(24.308.110,36)
Dispêndios e Despesas Tributárias	30	(647.544,83)	(1.324.378,30)	(1.268.736,07)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	31	6.222.842,52	10.131.065,02	8.093.532,03
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	32	(6.258.129,53)	(11.027.968,72)	(3.203.923,18)
PROVISÕES	33	(356.809,96)	(720.982,61)	(765.051,39)
Provisões/Reversões para Contingências		(276.621,23)	(512.490,16)	(234.866,47)
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		(80.188,73)	(208.492,45)	(530.184,92)
RESULTADO OPERACIONAL		14.862.484,60	25.813.747,20	17.821.106,45
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	34	130.300,70	216.832,43	193.322,88
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		14.992.785,30	26.030.579,63	18.014.429,33
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		1.037.228,36	-	(1.136.522,69)
Imposto de Renda Sobre Atos Não Cooperados		643.166,23	-	(692.249,37)
Contribuição Social Sobre Atos Não Cooperados		394.062,13	-	(444.273,32)
PARTICIPAÇÕES NOS RESULTADOS		(574.786,02)	(1.803.596,33)	(1.550.425,39)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES		15.455.227,64	24.226.983,30	15.327.481,25

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSÃO DA UNIÃO DOS VALES DO PIRANGA E MATIPÓ LTDA. - SICOOB UNIÃO

SICOOB UNIÃO

CNPJ: 01.060.307/0001-40

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Em Reais

	Notas	2º Sem. 2023	31/12/2023	31/12/2022
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		15.455.227,64	24.226.983,30	15.327.481,25
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		-	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE		15.455.227,64	24.226.983,30	15.327.481,25

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSÃO DA UNIÃO DOS VALES DO PIRANGA E MATIPÓ LTDA. - SICOOB UNIÃO
SICOOB UNIÃO
CNPJ: 01.060.307/0001-40
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Em Reais

	Notas	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	RESERVAS PARA CONTINGÊNCIAS	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
Saldo em 31/12/2021		26.409.803,55	(217.229,19)	55.340.247,95	2.823.036,95	5.255.329,78	89.611.189,04
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:							
Constituição de Reservas		0,00	0,00	0,00	525.532,98	(525.532,98)	0,00
Distribuição de sobras para associados		4.696.207,55	0,00	0,00	0,00	(4.729.796,80)	(33.589,25)
Outros Eventos/Reservas		0,00	0,00	40.674,99	0,00	0,00	40.674,99
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização		2.164.385,94	46.464,20	0,00	0,00	0,00	2.210.850,14
Por Devolução (-)		(1.058.401,79)	0,00	0,00	0,00	0,00	(1.058.401,79)
Estorno de Capital		(5.730,00)	0,00	0,00	0,00	0,00	(5.730,00)
Reversão/Realização de Fundos		0,00	0,00	0,00	0,00	689.103,63	689.103,63
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital		0,00	0,00	0,00	0,00	15.327.481,25	15.327.481,25
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:							
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio		0,00	0,00	0,00	0,00	(3.739.947,11)	(3.739.947,11)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		3.655.969,08	0,00	0,00	0,00	0,00	3.655.969,08
Destinações das Sobras do Período:							
Fundo de Reserva		0,00	0,00	7.979.814,55	0,00	(7.979.814,55)	0,00
FATES - Atos Cooperativos		0,00	0,00	0,00	0,00	(613.831,89)	(613.831,89)
Saldo em 31/12/2022		35.862.234,33	(170.764,99)	63.360.737,49	3.348.569,93	3.682.991,33	106.083.768,09
Saldo em 31/12/2022		35.862.234,33	(170.764,99)	63.360.737,49	3.348.569,93	3.682.991,33	106.083.768,09
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:							
Distribuição de sobras para associados		3.662.772,19	0,00	0,00	0,00	(3.682.991,33)	(20.219,14)
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização		9.414.483,24	(473.104,38)	0,00	0,00	0,00	8.941.378,86
Por Devolução (-)		(2.177.400,71)	0,00	0,00	0,00	0,00	(2.177.400,71)
Estorno de Capital		(79.084,00)	0,00	0,00	0,00	0,00	(79.084,00)
Reversão/Realização de Fundos		0,00	0,00	0,00	0,00	2.402.466,87	2.402.466,87
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital		0,00	0,00	0,00	0,00	24.226.983,30	24.226.983,30
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:							
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio		0,00	0,00	0,00	0,00	(5.285.225,63)	(5.285.225,63)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		5.123.632,64	0,00	0,00	0,00	0,00	5.123.632,64
Destinações das Sobras do Período:							
Fundo de Reserva		0,00	0,00	13.873.745,95	0,00	(13.873.745,95)	0,00
FATES - Atos Cooperativos		0,00	0,00	0,00	0,00	(1.067.211,23)	(1.067.211,23)
Saldo em 31/12/2023		51.806.637,69	(643.869,37)	77.234.483,44	3.348.569,93	6.403.267,36	138.149.089,05
Saldo em 30/06/2023		41.280.258,48	(565.225,72)	63.360.737,49	3.348.569,93	6.299.476,98	113.723.817,16
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização		6.451.453,86	(78.643,65)	0,00	0,00	0,00	6.372.810,21
Por Devolução (-)		(989.899,29)	0,00	0,00	0,00	0,00	(989.899,29)
Estorno de Capital		(58.808,00)	0,00	0,00	0,00	0,00	(58.808,00)
Reversão/Realização de Fundos		0,00	0,00	0,00	0,00	2.402.466,87	2.402.466,87
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital		0,00	0,00	0,00	0,00	15.455.227,64	15.455.227,64
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:							
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio		0,00	0,00	0,00	0,00	(2.812.946,95)	(2.812.946,95)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		5.123.632,64	0,00	0,00	0,00	0,00	5.123.632,64
Destinações das Sobras do Período:							
Fundo de Reserva		0,00	0,00	13.873.745,95	0,00	(13.873.745,95)	0,00
FATES - Atos Cooperativos		0,00	0,00	0,00	0,00	(1.067.211,23)	(1.067.211,23)
Saldo em 31/12/2023		51.806.637,69	(643.869,37)	77.234.483,44	3.348.569,93	6.403.267,36	138.149.089,05

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSÃO DA UNIÃO DOS VALES DO PIRANGA E MATIPÓ LTDA. - SICOOB UNIÃO

SICOOB UNIÃO
CNPJ: 01.060.307/0001-40
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Em Reais

	Notas	2 ° Sem. 2023	31/12/2023	31/12/2022
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		14.992.785,30	26.030.579,63	18.014.429,33
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos - Invest. Aval. Custo		(3.402.149,52)	(3.402.149,52)	(2.203.349,73)
Distribuição de Sobras e Dividendos - Invest. Aval. Custo		-	(645.008,44)	(620.286,32)
Provisão/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	25	16.313.605,54	26.318.174,84	18.698.269,33
Provisão/Reversões para Garantias Prestadas	33	80.188,73	208.492,45	530.184,92
Provisão/Reversões para Contingências	33	276.621,23	512.490,16	234.866,47
Atualização de Depósitos em Garantia	31	(131.363,87)	(253.781,64)	(157.538,73)
Depreciações e Amortizações	29	1.774.971,98	3.360.354,48	2.729.808,38
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO		29.904.659,39	52.129.151,96	37.226.383,65
(Aumento)/Redução em Ativos Operacionais				
Aplicações Interfinanceiras de Líquidez		(3.785.667,80)	(3.458.890,14)	(326.777,66)
Títulos e Valores Mobiliários		(4.231.191,53)	(4.374.093,98)	-
Relações Interfinanceiras		85.388,13	(5.052,35)	554,00
Operações de Crédito		20.900.355,61	(3.856.091,94)	(160.007.525,35)
Outros Ativos Financeiros		(3.797.732,72)	(7.222.950,21)	(5.735.208,52)
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		(403.095,38)	(24.325,36)	(11.974,58)
Outros Ativos		2.562.285,19	1.580.537,21	(1.146.286,69)
Aumento/(Redução) em Passivos Operacionais				
Depósitos à Vista		21.880.129,84	36.537.325,66	18.881.387,77
Depósitos sob Aviso		2.220,98	28.876,46	58.505,64
Depósitos a Prazo		82.036.875,52	213.513.676,80	131.661.096,97
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos		305.924,88	5.981.597,39	32.358.365,93
Relações Interfinanceiras		(16.473.200,47)	(21.086.761,69)	78.026.102,52
Obrigações por Empréstimos e Repasses		-	-	(10.014.602,29)
Outros Passivos Financeiros		(480.861,15)	(12.996.406,12)	1.141.143,59
Provisão		4.735,48	(2.343,64)	(122.684,34)
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas		357.350,01	225.424,83	319.802,63
Outros Passivos		(8.061.890,33)	(3.643.538,30)	(3.979.906,84)
FATES - Atos Cooperativos		(1.067.211,23)	(1.067.211,23)	(613.831,89)
Reversão/Realização de Fundos		2.402.466,87	2.402.466,87	689.103,63
Imposto de Renda Pago		-	(692.249,37)	(1.347.728,15)
Contribuição Social Pago		-	(444.273,32)	(999.241,52)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS		122.141.541,29	253.524.869,53	116.056.678,50
Atividades de Investimentos				
Distribuição de Dividendos Recebidos - Invest. Aval. Custo		-	13.430,24	7.804,69
Distribuição de Sobras da Central Recebidos - Invest. Aval. Custo		-	631.578,20	612.481,63
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos - Invest. Aval. Custo		3.402.149,52	3.402.149,52	2.203.349,73
Aquisição de Intangível		(2.171,30)	(2.171,30)	-
Aquisição de Imobilizado de Uso		(3.212.492,45)	(5.749.826,31)	(11.579.955,21)
Aquisição de Investimentos		(3.413.363,18)	(6.717.391,86)	(9.080.582,62)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		(3.225.877,41)	(8.422.231,51)	(17.836.901,78)
Atividades de Financiamentos				
Aumento por novos aportes de Capital		6.372.810,21	8.941.378,86	2.210.850,14
Devolução de Capital aos Cooperados		(989.899,29)	(2.177.400,71)	(1.058.401,79)
Estorno de Capital		(58.808,00)	(79.084,00)	(5.730,00)
Distribuição de Sobras Para Associados Pago		-	(20.219,14)	(33.589,25)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		5.123.632,64	5.123.632,64	3.655.969,08
Outros Eventos/Reservas		-	-	40.674,99
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		10.447.735,56	11.788.307,65	4.809.773,17
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		129.363.399,44	256.890.945,67	103.029.549,89
Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa				
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período	4	401.784.409,22	274.256.862,99	171.227.313,10
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	4	531.147.808,66	531.147.808,66	274.256.862,99
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		129.363.399,44	256.890.945,67	103.029.549,89

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DA UNIÃO DOS VALES DO PIRANGA E MATIPÓ LTDA. -
SICOOB UNIÃO DOS VALES**

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023**

Em Reais (R\$)

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DA UNIÃO DOS VALES DO PIRANGA E MATIPÓ LTDA. - SICOOB UNIÃO DOS VALES**, doravante denominado **SICOOB UNIÃO DOS VALES**, é uma Cooperativa de Crédito Singular, instituição financeira não bancária, fundada em **21/09/1995**, filiada à **COOPERATIVA CENTRAL CRÉDITO DE MINAS GERAIS LTDA – SICOOB CENTRAL CREDIMINAS** e componente da **Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob – SICOOB CONFEDERAÇÃO**, em conjunto com outras Cooperativas Singulares e Centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a *Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias*; pela Lei nº 5.764/1971, que define a *Política Nacional do Cooperativismo* e institui o regime jurídico das sociedades Cooperativas; pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o *Sistema Nacional de Crédito Cooperativo*; pela Resolução CMN nº 4.434/2015 e 5.051/2022, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de Cooperativas de Crédito; e pela Resolução CMN nº 4.970/2021, que dispõe sobre os processos de autorização de funcionamento das instituições que especifica.

O SICOOB UNIÃO DOS VALES, sediado à **PRAÇA DOUTOR DURVAL GROSSI, N° 35, CENTRO, RAUL SOARES - MG**, possui: 38 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: VERMELHO NOVO - MG, SÃO PEDRO DOS FERROS - MG, SERICITA - MG, ABRE CAMPO - MG, SANTO ANTÔNIO DO GRAMA - MG, BOM JESUS DO GALHO - MG, SÃO JOSÉ DO GOIABAL - MG, RIO CASCA - MG, PONTE NOVA - MG, PORTO FIRME - MG, AMPARO DA SERRA - MG, URUCÂNIA - MG, JEQUERI - MG, PALMEIRAS - MG, DOM SILVÉRIO - MG, SÃO MIGUEL DO ANTA - MG, PIRANGA - MG, VIÇOSA - MG, BARRA LONGA - MG, ARAPONGA - MG, TEIXEIRAS - MG, JOÃO MONLEVADE - MG, COIMBRA - MG, SÃO GERALDO - MG, CANAÃ - MG, GUARACIABA - MG, ORATÓRIOS - MG, PEDRA BONITA - MG, PIEDADE DE PONTE NOVA - MG, RIO DOCE - MG, IPATINGA - MG, BRÁS PIRES - MG, PRESIDENTE BERNARDES - MG, SENHORA DE OLIVEIRA - MG, BELO HORIZONTE – MG, CAMAÇARI – BA, SÃO PAULO – SP e ainda conta com 1 PA na Plataforma Digital.

O SICOOB UNIÃO DOS VALES tem como atividade preponderante a operação na área creditícia e como finalidades:

- (i) Proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) Formar educacionalmente seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, com a ajuda mútua da economia sistemática e o uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações, entre outras: captação de recursos; concessão de créditos; prestação de garantias; prestação de serviços; formalização de convênios com outras instituições financeiras; e aplicação de recursos no mercado financeiro, incluindo depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BCB. Foram observadas: as diretrizes emanadas pela Lei nº 6.404/1976, bem como as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007, 11.941/2009 e 13.818/2019; as instruções constantes nas Normas Brasileiras de Contabilidade (especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas); as orientações concedidas pela Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971 e pelas Leis Complementares nº 130/2009 e 196/2022; e normas emanadas pelo BCB e Conselho Monetário Nacional – CMN, consolidadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema

Financeiro Nacional – COSIF, consonante à Resolução CMN nº 4.818/2020, Resolução BCB nº 2/2020 e Resolução CMN nº 4.924/2021.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BCB, naquilo que não confrontar com as normas por ele emitidas anteriormente, conforme CPC 00 (R2), 01 (R1), 03 (R2), 05 (R1), 10 (R1), 23, 24, 25, 28, 33 (R1), 41, 46 e 47. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BCB foram empregados integralmente na elaboração destas demonstrações financeiras, quando aplicáveis à esta cooperativa.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Cooperativa, e sua aprovação foi concedida em **29/02/2024**.

2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

a) Mudanças em vigor

Apresentamos a seguir um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em exercícios anteriores e atual, mas que entraram em vigor durante o período de 2023:

Resolução BCB nº 208, de 22 de março de 2022: a norma trata da remessa diária de informações ao Banco Central do Brasil referentes a poupança, volume financeiro das transações de pagamento realizadas no dia, Certificados de Depósito Bancário (CDBs), Recibos de Depósito Bancário (RDBs) e depósitos de aviso prévio de emissão própria e saldos contábeis de natureza ativa e passiva, tais como disponibilidades, depósitos, recursos disponíveis de clientes, entre outros.

Em complemento, a **Instrução Normativa BCB nº 319, de 4 de novembro de 2022:** a norma revogou a Carta Circular nº 3.429 de 11/2/2010, excluindo a possibilidade de reconhecer no passivo as obrigações tributárias objeto de discussão judicial, para as quais não exista probabilidade de perda. O impacto resumiu-se na análise sistemática das provisões passivas constituídas, referentes a processos judiciais em andamento.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

A seguir, trazemos um resumo sobre as novas normas recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021: a Resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no Cosif em relação aos padrões internacionais.

Os impactos da adoção dos itens normativos vigentes a partir de 1º/1/2025 estão sendo estudados e, gradualmente, aplicados previamente mediante identificação de evoluções sistêmicas necessárias para minimizar a implicação operacional dos efeitos de transição. Os impactos completos serão divulgados de forma detalhada nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício de 2024, conforme requerido pelo art. 78 do referido normativo.

Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022: dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. O normativo autoriza a dedução, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSL, as perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes de atividades relativas a operações em inadimplência e operações com pessoa jurídica em processo de falência ou em recuperação judicial.

Os impactos estão sendo analisados pela cooperativa e serão considerados até a data da vigência do normativo. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

Durante a execução da Fase 1, dos planos de implantação, foram mapeados os seguintes principais impactos que foram considerados na definição das atividades que serão executadas nas demais fases da implantação:

- **Requerimentos de classificação:** determinação da classificação dos ativos financeiros nas categorias Custo Amortizado, Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e Valor Justo no Resultado (VJR), considerando o modelo de negócios utilizado no gerenciamento dos ativos financeiros e as características de seus fluxos de caixa contratuais (teste de SPPJ).
- **Requerimentos de reconhecimento e mensuração iniciais:** reconhecimento dos instrumentos financeiros líquidos de custos e receitas de originação.
- **Mensuração subsequente:** novas formas de mensuração dos instrumentos financeiros após o reconhecimento inicial, considerando a apropriação de juros pela taxa efetiva de juros, a suspensão de apropriação de juros de ativos financeiros com problema de recuperação de crédito e a nova metodologia de mensuração de operações renegociadas e reestruturadas.
- **Reconhecimento e mensuração do produto câmbio:** deixará de ser tratado com contabilidade apartada e com eventos específicos e passará a ser tratado como um instrumento financeiro passível de avaliação do modelo de negócio e características de fluxo de caixa, mensuração subsequente conforme a classificação em que for inserido.
- **Perdas esperadas:** a mensuração das perdas esperadas de crédito requer o uso de modelos complexos e pressupostos sobre condições econômicas futuras e comportamento do crédito. O desenvolvimento destes cálculos traz um impacto significativo, considerando a necessidade de levantamento de bases históricas consistentes, organização dos dados e clusterização da carteira, desenvolvimento de modelos estatísticos de perdas esperadas e implantação dos códigos de modelagem em ambiente produtivo, além de todas as mudanças necessárias nos reportes regulatórios.
- **Disposições transitórias:** serão realizados estudos e discussões para definir a estratégia de transição, incluindo o estabelecimento do processo de recálculo dos saldos de 31/12/2024, conforme os critérios da Resolução CMN 4966/2021 e da Resolução 352/2023, que permitam a realização de ajuste de partida da implantação da nova regra em 1º/1/2025.

Durante a execução da Fase 2 - Desenho (2023): foram discutidos os cenários de soluções e arquitetura sistêmica com mudanças em processos de integrações, estando em andamento a revisão final das especificações para alterações dentro dos sistemas legados e construções de motores para cálculos.

Em complemento, a **Resolução CMN nº 5.101, de 24 de agosto de 2023**, altera a Resolução CMN nº 4.975, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. De acordo com CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes, de modo que representem fielmente essas transações. Esta Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

2.2 Continuidade dos Negócios

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro. Dessa forma, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

2.3 Reapresentação de Informações Comparativas

No que foi praticável a reapresentação retrospectiva, de forma a manter a comparabilidade com o período anterior, conforme a aplicação do CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (Resolução CMN nº 4.924, de junho de 2021), as informações financeiras relativas ao balanço patrimonial, à demonstração de sobras ou perdas, à demonstração das mutações do patrimônio líquido e à demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 2022 são reapresentadas abaixo:

O saldo constante na linha de “Reversão/Realização de Fundo” foi reclassificado na Demonstração do Fluxos de Caixa - DFC, em 2022, do grupo de “atividades de financiamentos” para “aumento/redução em passivos operacionais”. O montante envolvido foi de R\$ 689.103,63.

A reapresentação descrita não resultou na modificação do saldo da Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa da Demonstração do Fluxo de Caixa - DFC apurada no exercício findo em 2022.

3. Resumo das Principais Políticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas do sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/1971, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as Cooperativas e seus associados, ou Cooperativas entre si, para o cumprimento de seus objetivos estatutários, e os atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, a contar da data de aquisição.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros, e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e Valores Mobiliários

São representados pelas Participações de Cooperativas registradas pelo valor do custo, conforme reclassificação requerida pela Resolução CMN nº 4.817/2020.

A carteira de Títulos e Valores Mobiliários é composta ainda, por títulos de renda fixa, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado.

As Cédulas de Produto Rural (CPRs) são importantes fontes de financiamento para os produtores rurais, precisam ser registradas ou depositadas em instituições autorizadas pelo Banco Central (BC). É um título de crédito emitido por produtores rurais, cooperativas e associações, com a finalidade de captação de recursos para produção ou empreendimento, com aval de uma instituição financeira.

A Cédula de Produto Rural com Liquidação Financeira (CPR-F), prefixada e pós-fixada, é um título representativo de uma obrigação em dinheiro, cujo índice de apuração do débito é o valor do produto especificado na cédula mais juros pactuados.

Para realização da provisão de desvalorização da CPR são utilizadas as métricas de cálculo da Resolução CMN 2.682/99, considerando o nível de risco e dias de atraso.

f) Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira

Os recursos captados pela Cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a Cooperativa Central, e utilizados por ela para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/1971, essas ações são definidas como atos cooperativos.

g) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar, e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

h) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito, definindo regras para a constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo). As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos e enquanto não forem esgotados todos os procedimentos para cobrança, não mais figurando no Balanço Patrimonial.

i) Ativos não financeiros mantidos para venda

São os bens de propriedade da Cooperativa não utilizados no desempenho da atividade social, recebidos para liquidação parcial ou total de operações de crédito de difícil ou duvidosa solução, a Resolução CMN nº 4.747/2019 determina a segregação dos ativos não financeiros mantidos para venda em próprios e recebidos de terceiros. A mensuração do valor contábil e os procedimentos para ajuste anual do valor contábil são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.924/21.

j) Depósitos em Garantia

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

k) Imobilizado de Uso

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.535/2016, as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

l) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.534/2016, as amortizações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

m) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras.

n) Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), assim como das despesas apropriar referentes aos encargos contratados até o fim do contrato, quando calculáveis.

o) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata die".

p) Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

q) Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

r) Provisões

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos passivos contingentes são efetuados de acordo com a Resolução CMN 3.823/2009, que determina a observância do Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), por parte das Instituições Financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

As Provisões são reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para Demandas Judiciais e Passivos Contingentes são reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para a liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras, e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

As Obrigações Legais são aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou um outro instrumento fundamentado em lei, que a Cooperativa tem por diretriz.

s) Tributos

Em cumprimento ao art. 87 da Lei nº 5.764/1971, os rendimentos auferidos através de serviços prestados a não associados são submetidos à tributação dos impostos que lhes cabem, sendo eles, a depender da natureza do serviço, Imposto de Renda (IRPJ), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

O IRPJ e a CSLL têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018), nas alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10%, para o IRPJ e 16% para a CSLL. Ambas as alíquotas incidem sobre o lucro líquido, após os devidos ajustes e compensações de prejuízos.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas contribuem com o PIS à alíquota de 0,65% e COFINS à alíquota de 4%, incidentes sobre as receitas auferidas com não Associados, após deduções legais previstas na legislação tributária.

As alíquotas dos impostos federais correspondem às regras fiscais determinadas pelo poder Legislativo para o Lucro Real, regime de tributação adotado pelas cooperativas do Sicoob.

O ISSQN é aplicado sobre as receitas auferidas com serviços específicos, sendo recolhido mediante a aplicação de alíquota definida pelo município sede do Ponto de Atendimento (PA) que tenha prestado o serviço à não associado.

O resultado apurado em operações realizadas com Associados não tem incidência de tributação.

t) Segregação em Circulante e Não Circulante

No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são apresentados por ordem de liquidez. Em Notas Explicativas, os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses após a data-base do balanço estão classificados no curto prazo (circulante), e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

u) Valor Recuperável de Ativos – Impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo – exceto outros valores e bens – for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

v) Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, bem como entidades que participam do mesmo grupo econômico ou que são coligadas, controladas ou controladas em conjunto pela entidade que está elaborando seus demonstrativos financeiros, conforme CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em 7/10/2010).

Dessa forma, para fins de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, não são consideradas partes relacionadas os membros do Conselho Fiscal.

w) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Como definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrentes de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com a tendência de não se repetir no futuro.

x) Instrumentos Financeiros

O SICOOB UNIÃO DOS VALES opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, operações de

crédito, operações com característica de crédito, operações de câmbio, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses, dentre outros.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

y) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2023.

4. Caixa e Equivalente de Caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e depósitos bancários	14.134.854,60	14.585.042,78
Relações interfinanceiras - centralização financeira (a)	517.012.954,06	259.671.820,21
TOTAL	531.147.808,66	274.256.862,99

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL CREDIMINAS como determinado no art. 17, da Resolução CMN nº 4.434/2015, cujos rendimentos auferidos nos períodos de 31 de dezembro de 2023 e de 2022, registrados em contrapartida à receita de "Ingressos de Depósitos Intercooperativos", foram respectivamente:

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Rendimentos da Centralização Financeira	29.098.953,07	48.321.942,97	25.457.662,83

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Ligadas	3.698.513,89	87.153,91	3.785.667,80	326.777,66	-	326.777,66
TOTAL	3.698.513,89	87.153,91	3.785.667,80	326.777,66	-	326.777,66

(a) Referem-se às aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários - CDI no Banco Sicoob com remuneração média de 98% do CDI.

Os rendimentos auferidos com aplicações interfinanceiras de liquidez, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, registrados em contrapartida à receita de "Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez", foram, respectivamente:

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	26.260,79	26.428,42	116.649,63

6. Títulos e Valores Mobiliários

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, títulos e valores mobiliários estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Participação em Cooperativa Central de Crédito (a)	-	30.100.774,22	30.100.774,22	-	23.383.382,36	23.383.382,36
Participação em Instituição Financeira Controlada Por Cooperativa de Crédito (b)	-	40.051,00	40.051,00	-	40.051,00	40.051,00
CPR-F (b)	1.515.376,17	2.889.494,23	4.404.870,40	-	-	-
TOTAL DE PARTICIPAÇÕES DE COOPERATIVAS E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	1.515.376,17	33.030.319,45	34.545.695,62	-	23.423.433,36	23.423.433,36
(-) Outros No País (c)	(9.641,30)	(21.135,12)	(30.776,42)	-	-	-
(-) PROVISÃO PARA DESVALORIZAÇÃO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	(9.641,30)	(21.135,12)	(30.776,42)	-	-	-
TOTAL	1.505.734,87	3.282.184,33	34.514.919,20	-	23.423.433,36	23.423.433,36

(a) Referem-se a saldos de participações de cooperativas em entidades avaliadas pelo custo de aquisição que compõe o saldo do grupo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM), conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.817/2020 e na Instrução Normativa BCB nº 269 de 1/4/2022.

Na Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC a apresentação das variações desses ativos foi mantida no fluxo das "Atividades de Investimento", tendo em vista que a reclassificação realizada pelo Banco central do Brasil não alterou a essência dessas participações, que permanecem sendo ativos de longo prazo conforme item 16.a do CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

(b) Referem-se às Cédulas de Produto Rural (CPR-F) liberadas aos Cooperados, conforme previsto pela Lei nº 8.929/1994.

(c) Referem-se aos valores destinados à formação de provisão referente a desvalorizações de títulos e valores mobiliários das CPRs.

Os rendimentos auferidos com Títulos e Valores Mobiliários nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, registrados em contrapartida à receita de "Rendas de Títulos de Renda Fixa", foram, respectivamente:

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Rendas de Títulos de Renda Fixa	199.179,40	200.451,36	-
(-) Provisão para Desvalorização de Títulos Livres – CPRs.	(30.670,11)	(30.776,42)	-
TOTAL	168.509,29	169.674,94	-

7. Outras Relações Interfinanceiras Ativas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as outras relações interfinanceiras estão assim compostas:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Correspondentes No País	5.608,35	-	5.608,35	556,00	-	556,00
TOTAL	5.608,35	-	5.608,35	556,00	-	556,00

8. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	135.626.418,60	116.030.835,19	251.657.253,79	133.415.487,32	121.718.091,03	255.133.578,35
Financiamentos	48.754.142,09	89.622.949,22	138.377.091,31	40.598.504,52	88.170.900,13	128.769.404,65
Financiamentos Rurais	148.321.761,01	123.312.008,06	271.633.769,07	155.878.867,91	132.897.610,91	288.776.478,82
Total de Operações de Crédito	332.702.321,70	328.965.792,47	661.668.114,17	329.892.859,75	342.786.602,07	672.679.461,82
(-) Provisões para Operações de Crédito	(18.340.161,70)	(18.910.039,86)	(37.250.201,56)	(14.865.715,08)	(14.558.577,66)	(29.424.292,74)

TOTAL	314.362.160,00	310.055.752,61	624.417.912,61	315.027.144,67	328.228.024,41	643.255.169,08
--------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------

b) Composição por tipo de operação e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2023	Provisões 31/12/2023	Total em 31/12/2022	Provisões 31/12/2022
AA - Normal	6.663.686,17	8.103.627,87	55.694.367,52	70.461.681,56	0,00	58.385.728,65	0,00
A 0,5% Normal	49.223.918,12	24.839.616,18	132.462.111,63	206.525.645,93	(1.032.628,39)	223.306.686,40	(1.116.533,60)
B 1% Normal	81.360.976,21	51.439.288,71	63.684.355,95	196.484.620,87	(1.964.846,37)	214.691.875,50	(2.146.918,93)
B 1% Vencidas	342.672,32	493.128,37	341.488,44	1.177.289,13	(11.773,05)	1.975.618,36	(19.756,35)
C 3% Normal	70.399.345,03	33.374.474,16	13.707.167,14	117.480.986,33	(3.524.429,75)	125.075.700,81	(3.752.271,19)
C 3% Vencidas	3.768.131,51	2.297.021,40	696.584,37	6.761.737,28	(202.852,28)	3.134.054,13	(94.021,79)
D 10% Normal	8.625.989,05	3.922.412,75	1.520.434,37	14.068.836,17	(1.406.883,78)	14.271.764,86	(1.427.176,66)
D 10% Vencidas	3.123.309,05	3.718.587,71	295.724,40	7.137.621,16	(713.762,28)	2.309.962,79	(230.996,45)
E 30% Normal	4.428.381,31	375.799,40	898.893,70	5.703.074,41	(1.710.922,48)	5.029.022,44	(1.508.706,90)
E 30% Vencidas	2.606.964,44	1.860.646,54	189.273,79	4.656.884,77	(1.397.065,59)	2.627.524,50	(788.257,52)
F 50% Normal	2.517.237,73	437.787,68	555.389,58	3.510.414,99	(1.755.207,66)	3.002.818,07	(1.501.409,21)
F 50% Vencidas	3.362.369,86	2.028.378,56	287.146,74	5.677.895,16	(2.838.947,74)	2.030.586,42	(1.015.293,38)
G 70% Normal	1.037.704,87	132.191,54	358.400,39	1.528.296,80	(1.069.807,92)	737.318,43	(516.123,07)
G 70% Vencidas	1.796.976,31	731.185,60	378.690,82	2.906.852,73	(2.034.797,39)	2.646.577,54	(1.852.604,77)
H 100% Normal	3.503.245,03	238.739,06	315.126,74	4.057.110,83	(4.057.110,83)	2.600.236,43	(2.600.236,43)
H 100% Vencidas	8.896.346,78	4.384.205,78	248.613,49	13.529.166,05	(13.529.166,05)	10.853.986,49	(10.853.986,49)
Total Normal	227.760.483,52	122.863.937,35	269.196.247,02	619.820.667,89	(16.521.837,18)	647.101.151,59	(14.569.375,99)
Total Vencidos	23.896.770,27	15.513.153,96	2.437.522,05	41.847.446,28	(20.728.364,38)	25.578.310,23	(14.854.916,75)
Total Geral	251.657.253,79	138.377.091,31	271.633.769,07	661.668.114,17	(37.250.201,56)	672.679.461,82	(29.424.292,74)
Provisões	(23.897.388,62)	(9.609.093,06)	(3.743.719,88)	(37.250.201,56)		(29.424.292,74)	
Total Líquido	227.759.865,17	128.767.998,25	267.890.049,19	624.417.912,61		643.255.169,08	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (diário):

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos e Títulos Descontados	58.525.104,13	77.101.314,47	116.030.835,19	251.657.253,79	255.133.578,35
Financiamentos	14.514.813,68	34.239.328,41	89.622.949,22	138.377.091,31	128.769.404,65
Financiamentos Rurais	34.022.841,59	114.298.919,42	123.312.008,06	271.633.769,07	288.776.478,82
TOTAL	107.062.759,40	225.639.562,30	328.965.792,47	661.668.114,17	672.679.461,82

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento Rurais	% da Carteira	31/12/2023	31/12/2022
Setor Privado - Comércio	39.666.555,92	8.996.126,36	-	7,35%	48.662.682,28	51.583.058,01
Setor Privado - Indústria	1.721.892,22	499.857,40	-	0,34%	2.221.749,62	3.248.650,35
Setor Privado - Serviços	130.906.764,87	47.454.242,79	2.787.159,27	27,38%	181.148.166,93	192.216.729,90
Pessoa Física	73.393.809,47	81.317.968,67	268.846.609,80	64,01%	423.558.387,94	410.700.197,44
Outros	5.968.231,31	108.896,09	-	0,92%	6.077.127,40	14.930.826,12
TOTAL	251.657.253,79	138.377.091,31	271.633.769,07	100,00%	661.668.114,17	672.679.461,82

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	29.424.292,74	19.357.499,33
Constituições/ Reversões no período	22.693.348,41	15.320.568,78
Transferência para prejuízo no período	(14.867.439,59)	(5.253.775,37)
Saldo Final	37.250.201,56	29.424.292,74

f) Concentração dos principais devedores:

Descrição	31/12/2023	% Carteira Total	31/12/2022	% Carteira Total
------------------	-------------------	-------------------------	-------------------	-------------------------

Maior Devedor	14.728.739,39	2,20%	12.256.232,84	1,81%
10 Maiores Devedores	54.208.836,97	8,09%	62.477.978,54	9,25%
50 Maiores Devedores	123.695.104,11	18,47%	142.602.959,93	21,10%

Compõe o saldo da concentração de devedores as operações de crédito e as operações de outros créditos. Não estão contemplados no saldo os valores de encargos financeiros gerados pela utilização de limites de cheque especial.

g) Movimentação de créditos baixados como prejuízo:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	21.611.450,03	16.753.208,98
Valor das operações recuperadas no período	18.541.969,26	6.897.321,41
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(3.296.320,57)	(1.430.594,58)
Valor das operações renegociadas no período	(2.266.969,70)	(603.862,67)
Valor das operações transferidas no período	(71.051,50)	(4.623,11)
Saldo Final	34.519.077,52	21.611.450,03

Para fins de apuração dos valores de movimentação de saldos em prejuízo, são considerados os lançamentos decorrentes de operações de crédito e de operações de outros créditos.

h) Operações renegociadas:

Em conformidade com a Resolução no 2.682/99 (CMN), artigo 11, III, os montantes de operações renegociadas no exercício de 2023 totalizaram R\$ 23.143.481,75.

9. Outros Ativos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Créditos por Avais e Fianças Honrados (a)	3.331.660,47	-	3.331.660,47	3.223.710,54	-	3.223.710,54
Rendas a Receber (b)	6.242.016,47	-	6.242.016,47	3.779.057,28	-	3.779.057,28
Devedores por Compra de Valores e Bens (c)	612.653,92	-	612.653,92	50.605,91	12.499,93	63.105,84
Títulos e Créditos a Receber (d)	420.825,81	-	420.825,81	252.789,08	-	252.789,08
Devedores por Depósitos em Garantia (e)	-	2.438.499,84	2.438.499,84	-	1.922.074,59	1.922.074,59
TOTAL	10.607.156,67	2.438.499,84	13.045.656,51	7.306.162,81	1.934.574,52	9.240.737,33

(a) O saldo de Avais e Fianças Honrados é composto, substancialmente, por operações oriundas de cartões de crédito vencidas de associados da Cooperativa cedidos pelo Banco Sicoob, em virtude de coobrigação contratual;

(b) Em Rendas a Receber estão registrados:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Rendas de Convênios	82.673,94	-	82.673,94	76.631,34	-	76.631,34
Rendas de Cartões	859.312,30	-	859.312,30	490.536,82	-	490.536,82
Rendas da Centralização Financeira a Receber da Cooperativa Central	4.794.265,62	-	4.794.265,62	3.012.750,23	-	3.012.750,23
Rendas de Domicílio Bancário	293.362,01	-	293.362,01	-	-	-
Rendas de Poupança	160.286,43	-	160.286,43	136.444,20	-	136.444,20
Rendas de Transações Interfinanceiras	52.116,17	-	52.116,17	62.581,71	-	62.581,71
Outras Rendas a Receber	-	-	-	112,98	-	112,98

TOTAL	6.242.016,47	-	6.242.016,47	3.779.057,28	-	3.779.057,28
--------------	---------------------	---	---------------------	---------------------	---	---------------------

(c) Em Devedores por Compra de Valores e Bens estão registrados os saldos a receber de terceiros pela venda a prazo de bens próprios da Cooperativa ou Ativos não Financeiros Mantidos para Venda – Recebidos;

(d) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados: Valores a Receber de Tarifas (R\$ 322.413,54); Valores A Receber - Bônus E Rebate - PGPAF (R\$ 4.861,88); E Valores A Receber - Aluguel Sipag 2.0 (R\$ 93.550,39)

(e) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados os depósitos judiciais para:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Pis	-	107.466,08	107.466,08	-	95.069,55	95.069,55
Pis Folha	-	1.446.366,00	1.446.366,00	-	1.128.961,83	1.128.961,83
Cofins	-	483.289,58	483.289,58	-	427.540,69	427.540,69
IRPJ	-	130.830,23	130.830,23	-	115.738,58	115.738,58
CSLL	-	88.867,53	88.867,53	-	88.867,53	88.867,53
Depósitos em Garantia - Caução	-	22.500,00	22.500,00	-	22.500,00	22.500,00
Interposição de Recursos Trabalhistas	-	38.403,98	38.403,98	-	33.973,96	33.973,96
Outros Devedores por Depósitos em Garantia	-	120.776,44	120.776,44	-	9.422,45	9.422,45
TOTAL	-	2.438.499,84	2.438.499,84	-	1.922.074,59	1.922.074,59

9.1 Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Relativas a Outros Ativos Financeiros

A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

a) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, segregadas em Circulante e Não Circulante:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Provisões para Avais e Fianças Honrados	(2.603.607,65)	-	(2.603.607,65)	(2.653.341,63)	-	(2.653.341,63)
Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito	(3.063,27)	-	(3.063,27)	(253,03)	(62,50)	(315,53)
TOTAL	(2.606.670,92)	-	(2.606.670,92)	(2.653.594,66)	(62,50)	(2.653.657,16)

b) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, por tipo de operação e classificação de nível de risco:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Avais e Fianças Honrados	Devedores por Compra de Valores e Bens	Total em 31/12/2023	Provisões 31/12/2023	Total em 31/12/2022	Provisões 31/12/2022
A 0,5% Normal	-	612.653,92	612.653,92	(3.063,24)	63.105,84	(315,47)
E 30% Normal	55.982,25	-	55.982,25	(16.794,65)	-	-
E 30% Vencidas	543.202,74	-	543.202,74	(162.960,79)	374.918,17	(112.475,39)
F 50% Normal	25.471,48	-	25.471,48	(12.735,71)	-	-
F 50% Vencidas	197.575,17	-	197.575,17	(98.787,56)	357.598,77	(178.799,33)
G 70% Vencidas	657.000,82	-	657.000,82	(459.900,96)	430.423,76	(301.297,13)
H 100% Normal	4.601,72	-	4.601,72	(4.601,72)	-	-
H 100% Vencidas	1.847.826,29	-	1.847.826,29	(1.847.826,29)	2.060.769,84	(2.060.769,84)
Total Normal	86.055,45	612.653,92	698.709,37	(37.195,32)	63.105,84	(315,47)
Total Vencidos	3.245.605,02	-	3.245.605,02	(2.569.475,60)	3.223.710,54	(2.653.341,69)
Total Geral	3.331.660,47	612.653,92	3.944.314,39	(2.606.670,92)	3.286.816,38	(2.653.657,16)
Provisões	(2.603.607,41)	(3.063,27)	(2.606.670,92)		(2.653.657,16)	
Total Líquido	728.053,06	609.590,65	1.337.643,47		633.159,22	

10. Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os ativos fiscais, correntes e diferidos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Impostos e Contribuições a Compensar	816.413,42	-	816.413,42	792.088,06	-	792.088,06
TOTAL	816.413,42	-	816.413,42	792.088,06	-	792.088,06

Em cumprimento à Resolução CMN nº 4.842/2020, os saldos de ativos fiscais, correntes e diferidos de maior relevância tiveram origem nos seguintes processos: Saldo Negativo De IRPJ – Exercícios Anteriores (R\$ 511.900,82); Saldo Negativo De CSLL – Exercícios Anteriores (R\$ 245.877,96).

11. Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os outros ativos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Adiantamentos e Antecipações Salariais	192.335,37	-	192.335,37	165.331,75	-	165.331,75
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	227.193,96	-	227.193,96	1.132.699,13	-	1.132.699,13
Adiantamentos por Conta de Imobilizações	629.000,32	-	629.000,32	527.728,93	-	527.728,93
Pagamentos a Ressarcir	70.000,00	-	70.000,00	70.000,00	-	70.000,00
Devedores Diversos – País (a)	593.728,53	-	593.728,53	111.724,92	-	111.724,92
Ativos não Financ Mantidos para Venda – Recebidos (b)	86.386,47	1.491.376,36	1.577.762,83	130.000,00	3.414.562,26	3.544.562,26
Despesas Antecipadas (c)	862.509,67	-	862.509,67	181.020,90	-	181.020,90
TOTAL	2.661.154,32	1.491.376,36	4.152.530,68	2.318.505,63	3.414.562,26	5.733.067,89

(a) Em Devedores Diversos estão registrados:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Pendências a Regularizar	161.534,71	-	161.534,71	27.468,11	-	27.468,11
Seguros Contratados a Receber	183,65	-	183,65	-	-	-
Pendências a Regularizar - Banco Sicoob	169.903,63	-	169.903,63	5.665,60	-	5.665,60
Diferença de Caixa	1.089,16	-	1.089,16	99,16	-	99,16
Estoque de Pontos	20.153,60	-	20.153,60	-	-	-
Descontos em Folha	17.384,94	-	17.384,94	78.276,60	-	78.276,60
Pendências Avais	222.722,71	-	222.722,71	-	-	-
Outros Devedores Diversos	756,13	-	756,13	215,45	-	215,45
TOTAL	593.728,53	-	593.728,53	111.724,92	-	111.724,92

(b) Em Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Recebidos estão registrados os valores de bens recebidos para pagamento de operações com associados, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

(c) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU, entre outras.

12. Imobilizado de Uso

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o imobilizado de uso estão assim compostos:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2023	31/12/2022
Imobilizado em Curso (a)		3.808.391,85	2.187.524,44
Terrenos		1.384.635,82	1.384.635,82
Edificações	4%	8.915.860,33	8.933.360,33
Instalações	10%	5.362.525,24	4.201.316,80
Móveis e equipamentos de Uso	10%	10.254.466,07	8.644.282,00
Sistema de Processamento de Dados	20%	8.516.798,08	7.982.943,70

Sistema de Segurança	10%	2.887.267,30	2.747.035,41
Sistema de Transporte	20%	635.240,49	662.824,00
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		7.018.407,38	6.446.330,11
Total de Imobilizado de Uso		48.783.592,56	43.190.252,61
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações		(1.228.540,56)	(877.020,13)
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(2.365.655,00)	(1.889.319,41)
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(9.910.486,70)	(7.806.918,52)
(-) Depreciação Acum. Veículos		(548.131,26)	(524.626,91)
(-) Depreciação Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		(706.325,99)	(457.418,98)
Total de Depreciação de Imobilizado de Uso		(14.759.139,51)	(11.555.303,95)
TOTAL		34.024.453,05	31.634.948,66

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

13. Intangível

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o intangível estão assim compostos:

Descrição	Taxa de Amortização	31/12/2023	31/12/2022
Sistemas De Processamento De Dados	20%	2.171,30	-
Intangível		2.171,30	-
(-) Amort. Acum. De Ativos Intangíveis		(32,56)	-
Total de Amortização de ativos Intangíveis		(32,56)	-
TOTAL		2.138,74	-

14. Depósitos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os depósitos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Depósito à Vista (a)	237.985.225,86	-	237.985.225,86	201.447.900,20	-	201.447.900,20
Depósito Sob Aviso	719.621,23	-	719.621,23	690.744,77	-	690.744,77
Depósito a Prazo (b)	551.949.282,84	2.559.127,50	554.508.410,34	339.491.838,29	1.502.895,25	340.994.733,54
TOTAL	790.654.129,93	2.559.127,50	793.213.257,43	541.630.483,26	1.502.895,25	543.133.378,51

(a) Valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

(b) Valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de "pro rata temporis"; as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data da demonstração financeiras, pelas despesas apropriar registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Os depósitos mantidos na Cooperativa estão garantidos, até o limite de R\$ 250.000,00 por CPF ou CNPJ – com exceção de contas conjuntas, que têm seu valor dividido pelo número de titulares – pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que é uma reserva financeira constituída pelas Cooperativas de Crédito, regida pelo Banco Central do Brasil, conforme a determinação da Resolução CMN nº 4.933/2021. O registro do FGCoop, como regulamentado, passa a ser feito em "Dispêndios de captação no mercado".

c) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2023	% Carteira Total	31/12/2022	% Carteira Total
Maior Depositante	64.256.142,27	7,38%	12.952.606,04	2,06%
10 Maiores Depositantes	119.841.781,72	13,77%	43.067.677,19	6,83%
50 Maiores Depositantes	197.611.777,02	22,70%	102.144.379,70	16,21%

Compõe o saldo da concentração de depositantes os valores captados através de Depósitos, Conta Benefício do INSS, Conta Salário, Ordens de Pagamento e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos. Os depósitos a prazo são considerados líquidos de impostos.

d) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(42.187,93)	(85.569,02)	(75.079,56)
Despesas de Depósitos a Prazo	(30.449.524,52)	(54.978.524,33)	(30.553.044,66)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(4.094.157,22)	(8.150.954,58)	(7.373.264,61)
Despesas De Letras De Crédito do Imobiliário	(675.701,45)	(1.419.491,40)	(1.355.937,95)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(630.052,20)	(1.135.934,11)	(791.608,24)
TOTAL	(35.891.623,32)	(65.770.473,44)	(40.148.935,02)

15. Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Referem-se às Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/2004) e às Letras de Crédito Imobiliário – LCI, lastreadas por créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel (Lei nº 10.931/2004). Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estão assim compostas:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Obrigações por Emissão de Letras de Créd. Imobiliário - LCI	8.850.812,77	-	8.850.812,77	12.524.621,00	-	12.524.621,00
Obrigações por Emissão de Letras de Créd. do Agronegócio - LCA	1.097.657,81	72.776.870,22	73.874.528,03	39.341.119,18	24.878.003,23	64.219.122,41
TOTAL	9.948.470,58	72.776.870,22	82.725.340,80	51.865.740,18	24.878.003,23	76.743.743,41

São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários. Os valores apropriados em despesas podem ser consultados na nota explicativa nº 14.d - Depósitos - Despesas com operações de captação de mercado.

16. Repasses Interfinanceiros / Obrigações por Empréstimos e Repasses

São demonstrados pelo valor principal acrescido de encargos financeiros, e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estão assim compostos:

a) Repasses Interfinanceiros:

Instituições	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Recursos do Banco Sicoob	118.087.013,93	87.652.502,01	205.739.515,94	134.035.982,12	92.791.227,88	226.827.210,00
TOTAL	118.087.013,93	87.652.502,01	205.739.515,94	134.035.982,12	92.791.227,88	226.827.210,00

As taxas de juros praticadas nas operações interfinanceiras com o Banco Sicoob correspondem a uma média de 6,00 % ao ano, com vencimento até 01/11/2033.

b) Despesas de Operações de Empréstimos e Repasses:

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Banco Cooperativo Sicoob S.A. - Banco Sicoob	(7.300.099,15)	(14.992.012,35)	(10.753.610,64)
Cooperativa Central	-	-	(1.868.706,66)
TOTAL	(7.300.099,15)	(14.992.012,35)	(12.622.317,30)

17. Outras Relações Interfinanceiras Passivas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos de Outras Relações Interfinanceiras Passivas estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Correspondentes no País	1.368,20	-	1.368,20	435,83	-	435,83
TOTAL	1.368,20	-	1.368,20	435,83	-	435,83

18. Outros Passivos Financeiros

Os recursos de terceiros que estão com a Cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Recursos em Trânsito de Terceiros (a)	200.897,03	-	200.897,03	13.075.755,35	-	13.075.755,35
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	62.886,39	-	62.886,39	139.799,36	-	139.799,36
Cobrança E Arrecadação de Tributos e Assemelhados (b)	132.024,48	-	132.024,48	176.659,31	-	176.659,31
TOTAL	395.807,90	-	395.807,90	13.392.214,02	-	13.392.214,02

(a) Em Recursos em Trânsito de Terceiros estão registrados:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Convênio de Energia Elétrica e Gás	104.028,87	-	104.028,87	59.599,03	-	59.599,03
Convênio Saneamento	7.556,76	-	7.556,76	19.598,93	-	19.598,93
Ordens de Pagamento	-	-	-	12.952.606,04	-	12.952.606,04
Outros Recursos em Trânsito de Terceiros	89.311,40	-	-	43.951,35	-	43.951,35
TOTAL	200.897,03	-	200.897,03	13.075.755,35	-	13.075.755,35

(b) Em Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados estão registrados:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Operações de Crédito - IOF	122.656,96	-	122.656,96	164.939,34	-	164.939,34
Municipais	5.538,24	-	5.538,24	6.113,08	-	6.113,08
Outras Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	3.829,28	-	3.829,28	5.606,89	-	5.606,89
TOTAL	132.024,48	-	132.024,48	176.659,31	-	176.659,31

19. Provisões

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos de provisões estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Provisão Para Garantias Financeiras Prestadas (a)	1.161.785,76	560.026,94	1.721.812,70	1.165.813,48	347.506,77	1.513.320,25
Provisão Para Contingências (b)	-	2.451.782,79	2.451.782,79	-	1.941.636,27	1.941.636,27
TOTAL	1.161.785,76	3.011.809,73	4.173.595,49	1.165.813,48	2.289.143,04	3.454.956,52

(a) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela Cooperativa, conforme a Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos Associados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Coobrigações Prestadas	91.847.223,69	67.590.673,27
TOTAL	91.847.223,69	67.590.673,27

(b) Provisão para Contingências - Demandas Judiciais

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificadas como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

Na data das demonstrações financeiras, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais relacionados às contingências:

Descrição	31/12/2023		31/12/2022	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
PIS	-	107.466,08	-	95.069,55
PIS FOLHA	-	1.446.366,00	-	1.128.961,83
COFINS	-	483.289,58	-	427.540,69
CSLL	88.867,53	88.867,53	78.616,40	78.616,40
IRPJ	130.830,23	130.830,23	115.738,58	115.738,58
Trabalhistas	-	38.403,98	-	33.973,96
Outras Contingências	2.232.085,03	143.276,44	1.747.281,29	42.173,58
TOTAL	2.451.782,79	2.438.499,84	1.941.636,27	1.922.074,59

b.1) Movimentação das Provisões para Contingências

Descrição	Cível	Trabalhista	Total
Saldo em 01 janeiro de 2022	675.090,74	1.154.363,40	1.829.454,14
Constituição da provisão	60.625,94		60.625,94
Reversão da provisão	(26.193,68)	(212.542,92)	(238.736,60)
Atualização durante o exercício	57.874,48	232.418,31	290.292,79
Saldo em 31 de dezembro de 2022	767.397,48	1.174.238,79	1.941.636,27
Saldo em 01 janeiro de 2023	767.397,48	1.174.238,79	1.941.636,27
Constituição da provisão	74.796,40	113.378,73	188.175,13
Reversão da provisão	(80.952,88)	(12.309,15)	(93.262,03)
Atualização durante o exercício	93.488,20	321.745,22	415.233,42
Saldo em 31 de dezembro de 2023	854.729,20	1.597.053,59	2.451.782,79

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB UNIÃO DOS VALES, existem processos judiciais nos quais a Cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando **R\$ 2.342.958,47 (em 2022 totalizando R\$ 1.335.169,11)**. Essas ações abrangem, basicamente, processos trabalhistas ou cíveis.

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os prazos ou os valores esperados de saída.

20. Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar	-	-	-	1.136.522,69	-	1.136.522,69
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	100.956,60	-	100.956,60	91.154,82	-	91.154,82
Impostos e Contribuições sobre Salários	1.027.936,65	-	1.027.936,65	842.021,31	-	842.021,31
Outros (a)	420.723,85	-	420.723,85	391.016,14	-	391.016,14
TOTAL	1.549.617,10	-	1.549.617,10	2.460.714,96	-	2.460.714,96

(a) A seguir, a composição do saldo de outras obrigações fiscais, correntes e diferidas:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
IRRF sobre aplicações financeiras	254.097,73	-	254.097,73	252.337,08	-	252.337,08
ISSQN a recolher	49.702,88	-	49.702,88	52.766,14	-	52.766,14
PIS faturamento a recolher	6.917,89	-	6.917,89	6.464,10	-	6.464,10
COFINS a recolher	42.571,60	-	42.571,60	41.213,30	-	41.213,30
IRRF sobre juros ao capital	67.433,75	-	67.433,75	38.235,52	-	38.235,52
TOTAL	420.723,85	-	420.723,85	391.016,14	-	391.016,14

21. Outros Passivos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos de outros passivos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Sociais e Estatutárias (a)	4.719.624,66	-	4.719.624,66	4.915.818,75	-	4.915.818,75
Cheques Administrativos	104.000,00	-	104.000,00	-	-	-
Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros (b)	5.624.003,22	-	5.624.003,22	4.060.244,52	-	4.060.244,52
Provisão Para Pagamentos a Efetuar (c)	5.228.238,58	-	5.228.238,58	3.858.286,06	-	3.858.286,06
Credores Diversos – País (d)	1.682.979,73	-	1.682.979,73	1.079.213,20	-	1.079.213,20
TOTAL	17.358.846,19	-	17.358.846,19	13.913.562,53	-	13.913.562,53

(a) A seguir, a composição do saldo de passivos sociais e estatutárias, e os respectivos detalhamentos:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Provisão para Participações nos Resultados (a.1)	1.201.429,25	-	1.201.429,25	664.625,70	-	664.625,70
Gratificações e Participações a Pagar (a.2)	-	-	-	140.962,24	-	140.962,24
Cotas de Capital a Pagar (a.3)	2.064.609,89	-	2.064.609,89	1.321.389,65	-	1.321.389,65
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a.4)	1.453.585,52	-	1.453.585,52	2.788.841,16	-	2.788.841,16
TOTAL	4.719.624,66	-	4.719.624,66	4.915.818,75	-	4.915.818,75

(a.1) A Participação dos empregados nos Resultados está consubstanciada pela Lei 10.101/2000 e por convenção coletiva. A Cooperativa constituiu provisão a título de participação dos empregados em resultado e essa, modalidade de remuneração variável não se incorpora aos salários dos empregados e está atrelada à performance da Cooperativa. A legislação determina que o pagamento seja efetuado de acordo com regras

previamente estabelecidas por meio de Acordo Coletivo de Trabalho homologado junto ao sindicato da categoria e devidamente registrado no Ministério do Trabalho;

(a.2) As gratificações, segundo o artigo 457 da CLT, compreendem-se na remuneração do empregado, para todos os efeitos legais, além do salário devido e pago diretamente pelo empregador, como contraprestação do serviço, as gorjetas que receber. (Redação dada pela Lei nº 1.999, de 1.10.1953) (Vide Lei nº 13.419, de 2017);

(a.3) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social;

(a.4) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos Associados, seus familiares e empregados da Cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e percentual das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue a determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para as quais se destina, ao final do exercício, há a reversão dos dispêndios de Fates para a conta de Sobras ou Perdas Acumuladas, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) O saldo apresentado em Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros refere-se aos recursos destinados ao pagamento de salários, vencimentos e similares, cuja prestação de serviço é pactuada através de contrato entre a Cooperativa e a instituição pagadora.

(c) Em Provisão para Pagamentos a Efetuar estão registrados:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Despesas de Pessoal	3.240.728,35	-	3.240.728,35	2.717.836,09	-	2.717.836,09
Custos de Transações Interfinanceiras	109.946,59	-	109.946,59	100.903,78	-	100.903,78
Seguro Prestamista	377.697,97	-	377.697,97	352.423,98	-	352.423,98
Despesas com Cartões	362.771,54	-	362.771,54	130.363,87	-	130.363,87
Valores a Pagar - Domicílio Bancário	209.443,79	-	209.443,79	-	-	-
Segurança e Vigilância	187.069,16	-	187.069,16	-	-	-
Manutenção e Conservação de Bens	70.564,77	-	70.564,77	19.889,62	-	19.889,62
Transporte	48.615,89	-	48.615,89	53.775,94	-	53.775,94
Seguro	22.267,68	-	22.267,68	10.164,16	-	10.164,16
Compensação	181.418,37	-	181.418,37	26.247,46	-	26.247,46
Aluguéis	27.294,62	-	27.294,62	30.869,51	-	30.869,51
Outras Provisão para Pagamentos a Efetuar	390.419,85	-	390.419,85	415.811,65	-	415.811,65
TOTAL	5.228.238,58	-	5.228.238,58	3.858.286,06	-	3.858.286,06

(d) Os saldos em Credores Diversos - País referem-se:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Pendências a Regularizar Banco Sicoob	276.109,35	-	276.109,35	14.732,49	-	14.732,49
Valores a Repassar à Cooperativa Central	109.818,72	-	109.818,72	95.589,92	-	95.589,92
Saldos Credores - Encerramento C/C	2.857,45	-	2.857,45	2.857,45	-	2.857,45
Cheques Depositados Relativos a Descontos Aguardando Compensação	135.742,43	-	135.742,43	51.643,82	-	51.643,82
Credores Diversos-Liquidação Cobrança	41.753,19	-	41.753,19	138.303,76	-	138.303,76
Diferença de Caixa	32.474,27	-	32.474,27	39.647,57	-	39.647,57
Créditos de Terceiros	-	-	-	29.544,67	-	29.544,67
Pendências a Regularizar	158.666,85	-	158.666,85	205.026,52	-	205.026,52
Valores a Liquidar Consignado	794,06	-	794,06	794,06	-	794,06
Desconto Folha Pgto - Crédito Consignado	105.795,97	-	105.795,97	3.140,25	-	3.140,25
Créditos de terceir. Ativos não finan. mant. p/venda	604.400,00	-	604.400,00	424.000,00	-	424.000,00
Outros Credores Diversos - País	214.567,44	-	214.567,44	73.932,69	-	73.932,69

TOTAL	1.682.979,73	-	1.682.979,73	1.079.213,20	-	1.079.213,20
--------------	---------------------	---	---------------------	---------------------	---	---------------------

22. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-parte no valor nominal de R\$ 1,00 (cada) e integralizado por seus Associados. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-parte.

No período de 31 de dezembro de 2023, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de **R\$ 1.932.943,00** com recursos provenientes do Sicoob Cotas Partes.

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Capital Social	51.162.768,32	35.691.469,34
Quantidade de Cooperados	51.852	44.161

b) Reserva Legal

Representado pelas destinações das sobras definidas em Estatuto Social, utilizado para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

c) Reserva para Contingências

A reserva para contingências foi deliberada pela Assembleia Geral Ordinária ocorrida em 2022, constituída pela destinação de parte das sobras de 2021 e possui como finalidade custear possíveis saídas de colaboradores, contratação de serviços jurídicos ou técnicos visando minimizar questionamentos da Receita Federal e outros órgãos governamentais. Essa reserva possui prazo de validade de 4 anos, e o saldo remanescente após esse prazo deverá ser destinado para o Fundo de Reserva.

d) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade e utilizado em despesas para as quais se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em **2023** em atendimento ao artigo 132 da Lei nº 6.404/1976, os cooperados deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em **31 de dezembro de 2022** da seguinte forma:

- Conta Capital, no valor de R\$ 3.682.991,33;

e) Destinações Estatutárias e Legais

A seguir, apresentamos as destinações estatutárias e legais, bem como as sobras ou perdas à disposição da Assembleia Geral:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Sobras do exercício	18.941.757,67	11.587.534,14
(+) Absorção de FATES e/ou Fundos Voluntários	2.402.466,87	689.103,63
Base de cálculo das destinações	21.344.224,54	12.276.637,77
(-) Destinação para o Fundo de Reserva (a)	(13.873.745,95)	(7.979.814,55)
(-) Destinação para o FATES - atos cooperativos (b)	(1.067.211,23)	(613.831,89)
Sobras à disposição da Assembleia Geral	6.403.267,36	3.682.991,33

a) 65 % para o Fundo de Reserva, sobre a sobras deduzidos a provisão dos Juros sobre o Capital Próprio e FATES de Ato Não Cooperativo (quando positivo), é destinado a reparar perdas e a atender ao desenvolvimento das atividades da cooperativa. A AGO poderá determinar destinação de recurso adicional ao Fundo de Reserva, além das destinações previstas no Estatuto Social.

b) 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), sobre a sobras deduzidos a provisão dos Juros sobre o Capital Próprio e FATES Ato Não Cooperativo, é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos associados, seus familiares e, quando previsto no estatuto social, aos empregados da Cooperativa.

A partir do exercício de 2021 a reversão dos dispêndios de FATES e Fundos Voluntários passou a ocorrer apenas no encerramento anual, de acordo com a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2004 – Entidade Cooperativa e a revogação do texto original da NBC T 10.8.2.8.

f) Juros ao Capital Próprio

A Cooperativa remunerou os juros ao capital próprio ao associado, no percentual de 100% da taxa Selic para o exercício de 2023, no montante de R\$ 5.285.225,63 e em 2022, no montante de R\$ 3.739.947,11. Os critérios para a remuneração obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009, e seu registro foi realizado conforme Resolução CMN nº 4.872/2020, limitado a 100% da taxa referencial Selic.

23. Resultado de Atos Não Cooperativos

São classificados como ato não cooperativo os rendimentos e/ou dispêndios decorrentes de operações realizadas com não associados, sobre os quais há incidência de tributos federais e municipais. Os valores são registrados em separado e o resultado líquido auferido dessas operações, se positivo, é integralmente destinado ao FATES, conforme determina o art. 87 da Lei nº 5.764/1971.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o resultado de atos não cooperativos possui a seguinte composição:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Receita de prestação de serviços	12.633.094,50	12.264.134,78
Despesas específicas de atos não cooperativos	(7.202.959,19)	(2.204.268,08)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(3.518.296,52)	(3.844.559,12)
Resultado operacional	1.911.838,79	6.215.307,58
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	216.832,43	193.322,88
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	2.128.671,22	6.408.630,46
IRPJ/CSLL	0,00	(1.136.522,69)
Deduções - Res. Sicoob 129/16 e 145/16 (a)	(7.705.674,84)	(5.744.398,32)
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	(5.577.003,62)	(472.290,56)

(a) Saldo composto por rendas de comissionamento auferidas na comercialização pela cooperativa de produtos de terceiros aos seus associados (consórcios, seguros e maquininhas de cartões - SIPAG). Tais rendas compõe a base de tributação, por questões específicas à legislação tributária, contudo, por se originarem do relacionamento com os associados da cooperativa, não são destinadas ao Fates de Resultados com Não Associados.

24. Receitas de Operações de Crédito

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	285.164,64	541.758,66	487.197,77
Rendas de Empréstimos	28.609.498,80	57.032.820,43	50.666.281,75
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	1.769.491,36	3.643.952,65	3.399.696,34
Rendas de Financiamentos	14.217.822,73	27.625.863,50	16.866.612,35
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Livres	7.932.905,56	15.418.071,79	12.257.330,23
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados à Vista	2.597.526,55	5.238.551,58	3.155.588,32
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados da Poupança Rural	1.792.147,27	3.931.853,88	3.089.226,04
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados de LCA	61.987,72	128.322,31	134.788,03

Recuperação De Créditos Baixados Como Prejuízo	3.852.076,29	5.568.919,41	2.036.117,22
TOTAL	61.118.620,92	119.130.114,21	92.092.838,05

25. Dispêndios e Despesas da Intermediação Financeira

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Despesas De Captação	(35.891.623,32)	(65.770.473,44)	(40.148.935,02)
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	(7.300.099,15)	(14.992.012,35)	(12.622.317,30)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(16.313.605,54)	(26.318.174,84)	(18.698.269,33)
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	8.050.675,60	15.634.945,11	12.084.122,03
Reversões de Provisões para Outros Créditos	225.782,61	469.943,49	311.914,96
Provisões para Operações de Crédito	(22.489.103,90)	(38.328.293,52)	(27.404.690,81)
Provisões para Outros Créditos	(2.100.959,85)	(4.094.769,92)	(3.689.615,51)
TOTAL	(59.505.328,01)	(107.080.660,63)	(71.469.521,65)

26. Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Rendas de Cobrança	1.182.197,45	2.236.126,23	2.044.214,89
Rendas por Serviços de Pagamento (a)	3.945.995,20	5.400.031,42	-
Rendas de Convênios	265.236,45	519.416,44	483.786,25
Rendas de Comissão	5.384.677,10	10.644.731,55	9.201.083,52
Rendas de Credenciamento	6.121,42	6.121,42	21.678,54
Rendas de Cartões (a)	504.919,75	1.201.102,60	1.469.078,16
Rendas de Outros Serviços	678.406,79	1.242.871,88	1.229.827,09
Rendas por Antecipação de Obrigações de Transações de Pagamento (a)	359.783,96	446.212,72	-
TOTAL	12.327.338,12	21.696.614,26	14.449.668,45

a) No exercício de 2023, embasadas pela Resolução CGOA nº 4/2022 e pela Resolução CMN nº 5.051/2022, as cooperativas do Sicoob passaram a ser coparticipantes do modelo de negócio de emissão de cartões junto com o Banco Sicoob. Dessa forma, o Banco Sicoob e as cooperativas passaram a compartilhar as receitas, os custos e as despesas da operação de emissão. Essa alteração no modelo de negócios, resultou em variações nas receitas e despesas da Cooperativa, em comparação ao ano anterior.

27. Rendas de Tarifas

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	1.226.744,47	2.485.276,66	2.360.822,58
Rendas de Serviços Prioritários - PF	328.077,52	645.749,45	554.843,97
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	11.899,14	23.350,04	23.686,81
Rendas de Serviços Especiais - PF	14.916,45	20.680,15	-
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	1.712.037,81	3.361.834,58	3.083.236,57
TOTAL	3.293.675,39	6.536.890,88	6.022.589,93

28. Dispêndios e Despesas de Pessoal

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(62.572,62)	(124.192,20)	(116.715,01)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(942.291,22)	(1.849.381,84)	(1.717.461,44)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(2.855.314,48)	(5.704.738,09)	(4.844.588,51)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(3.129.503,29)	(6.218.081,15)	(5.678.354,67)
Despesas de Pessoal - Proventos	(8.659.029,05)	(16.944.822,22)	(15.003.741,16)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(9.143,00)	(37.062,00)	(35.631,03)
TOTAL	(15.657.853,66)	(30.878.277,50)	(27.396.491,82)

29. Outros Dispêndios e Despesas Administrativas

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Despesas de Água, Energia e Gás	(332.141,96)	(667.789,79)	(484.295,79)

Despesas de Aluguéis	(1.276.782,10)	(2.484.649,19)	(1.816.501,29)
Despesas de Comunicações	(316.772,85)	(634.780,53)	(660.129,40)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(787.735,88)	(1.357.329,97)	(934.092,72)
Despesas de Material	(211.453,39)	(346.293,47)	(307.625,70)
Despesas de Processamento de Dados	(2.140.134,73)	(4.069.901,00)	(2.477.939,59)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(149.222,22)	(434.965,46)	(1.318.701,91)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(30.023,75)	(48.017,70)	(188.591,54)
Despesas de Publicações	(2.880,00)	(9.830,00)	(15.053,00)
Despesas de Seguros	(65.533,22)	(104.105,76)	(50.981,99)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(1.873.732,04)	(3.816.339,92)	(4.102.453,68)
Despesas de Serviços de Terceiros	(1.324.681,20)	(2.772.459,96)	(1.850.098,62)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(1.446.291,54)	(3.041.752,40)	(2.547.062,36)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(745.748,39)	(1.324.321,26)	(974.876,08)
Despesas de Transporte	(605.335,13)	(1.117.783,83)	(891.920,88)
Despesas de Viagem no País	(64.000,65)	(159.965,43)	(153.717,03)
Despesas de Depreciação/Amortização	(1.774.971,98)	(3.360.354,48)	(2.729.808,38)
Outras Despesas Administrativas (a)	(1.820.608,48)	(3.416.075,59)	(2.804.260,40)
TOTAL	(14.968.049,51)	(29.166.715,74)	(24.308.110,36)

a) Os saldos das Outras Despesas Administrativas estão compostas:

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Livros jornais e revistas	(357,40)	(357,40)	-
Condomínio	(25.577,04)	(41.364,34)	(1.983,04)
Emolumentos judiciais e cartorários	(381.516,38)	(690.623,22)	(440.250,86)
Copa/cozinha	(10.169,92)	(22.459,59)	(32.864,88)
Lanches e refeições	(132.346,22)	(227.276,01)	(225.170,59)
Uniformes e vestuários	(7.403,95)	(31.612,45)	(113.840,97)
Contribuição a OCE	(82.350,00)	(164.700,00)	(153.900,00)
Taxas da junta comercial	(32,04)	(401,15)	(2.214,66)
Impostos e taxas	(6.633,93)	(33.088,92)	(1.520,48)
Medicamentos	(129,22)	(129,22)	(16,48)
Marcas e patentes	(660,00)	(660,00)	(606,00)
Multas e juros diversos	(234,77)	(366,23)	(1.828,72)
Mensalidades diversas	(7.622,85)	(15.165,54)	(15.972,38)
Coordenadores de UAR	(493,09)	(2.549,70)	(6.175,82)
Rateio de despesas da Central	(674.269,88)	(1.274.710,98)	(1.024.729,79)
Rateio de despesa do Sicoob Conf.	(175.668,42)	(345.236,52)	(349.312,70)
Contribuição confederativa	(22.649,29)	(24.708,32)	(26.259,14)
Desp. Centro de serv. Compart. - CCS	(249.942,73)	(487.813,05)	(380.159,51)
Outras despesas indedutíveis	(10.899,81)	(10.906,27)	-
Outras despesas administrativas	(31.651,54)	(41.946,68)	(27.454,38)
TOTAL	(1.820.608,48)	(3.416.075,59)	(2.804.260,40)

30. Dispêndios e Despesas Tributárias

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Despesas Tributárias	(76.669,71)	(158.867,73)	(144.772,91)
Desp. Impostos s/ Serviços - ISS	(284.597,29)	(578.047,80)	(543.767,96)
Despesas de Contribuição ao COFINS	(246.260,50)	(505.323,78)	(490.565,39)
Despesas de Contribuição ao PIS/PASEP	(40.017,33)	(82.138,99)	(89.629,81)
TOTAL	(647.544,83)	(1.324.378,30)	(1.268.736,07)

31. Outros Ingressos e Receitas Operacionais

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Recuperação de Encargos e Despesas	237.189,19	829.347,97	174.783,41
Outras - Reversão de Provisões Operacionais	-	-	70.194,74
Dividendos	-	13.430,24	7.804,69
Distribuição de sobras da central	-	631.578,20	612.481,63

Atualização depósitos judiciais	131.363,87	253.781,64	157.538,73
Rendas de Repasses Interfinanceiros	238.394,12	297.895,69	252.205,71
Outras rendas operacionais	20.368,47	119.788,54	132.172,32
Rendas oriundas de cartões de crédito e adquirência	2.193.377,35	4.583.093,22	4.483.001,07
Juros ao Capital Recebidos da Central	3.402.149,52	3.402.149,52	2.203.349,73
TOTAL	6.222.842,52	10.131.065,02	8.093.532,03

32. Outros Dispêndios e Despesas Operacionais

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Operações de Crédito - Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(21.009,74)	(155.007,76)	(27.222,80)
Outras Despesas Operacionais	(834.823,79)	(1.612.868,80)	(1.344.655,39)
Despesas com Serviços Associados a Transações de Pagamento (a)	(2.978.878,59)	(4.124.373,30)	-
Despesa com Correspondentes Cooperativos	(76.166,88)	(155.587,28)	(193.567,56)
Desconto/Cancelamento de Tarifas	(294.202,74)	(536.064,78)	(447.461,72)
Outras Contribuições Diversas	(723.279,98)	(1.260.990,04)	(196.350,37)
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Fraudes Externas	(20.071,63)	(44.889,91)	(178.508,76)
Perdas - Fraudes Internas	(722.844,93)	(722.844,93)	-
Perdas - Fraudes Externas	-	(2.000,00)	(53.442,67)
Perdas - Demandas Trabalhistas	-	-	(25.290,32)
Perdas - Práticas Inadequadas	(2.834,50)	(7.841,60)	(46.726,03)
Perdas - Falhas em Sistemas de TI	-	-	(560,00)
Perdas - Falhas de Gerenciamento	(2.914,41)	(3.033,45)	(1.033,93)
Dispêndios de Assistência Técnica, Educacional e Social	(581.102,34)	(2.402.466,87)	(689.103,63)
TOTAL	(6.258.129,53)	(11.027.968,72)	(3.203.923,18)

(a) A variação apresentada nas Despesas com Serviços Associados a Transações de Pagamento se deve a alteração no modelo de negócios de emissões de cartões, conforme nota explicativa nº 26(a).

33. Despesas com Provisões

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Provisões/Reversões para Contingências	(276.621,23)	(512.490,16)	(234.866,47)
Provisões para Demandas Trabalhistas	(113.378,73)	(113.378,73)	-
Provisões para Contingências	(240.584,53)	(492.373,46)	(344.899,15)
Reversões de Provisões para Contingências	77.342,03	93.262,03	110.032,68
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	(80.188,73)	(208.492,45)	(530.184,92)
Provisões para Garantias Prestadas	(1.160.060,20)	(2.232.805,08)	(2.262.390,94)
Reversões de Provisões para Garantias Prestadas	1.079.871,47	2.024.312,63	1.732.206,02
TOTAL	(356.809,96)	(720.982,61)	(765.051,39)

34. Outras Receitas e Despesas

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Lucros em Transações com Ativos Não Financeiros Mantidos P/ Venda	50.000,00	80.729,67	-
Lucro em Transações com Outros Valores De Bens	46.673,09	56.182,12	5.187,88
Ganhos de Capital	30.847,01	72.163,33	82.411,69
Rendas de Aluguéis	19.772,24	38.387,66	180.939,24
Provisões/Reversões Não Operacionais			
Outras Rendas Não Operacionais	5.350,97	8.411,63	7.079,16
(-) Prejuízos em Transações com Ativos Não Financeiros Mantidos P/ Venda	-	-	(7.871,72)
(-) Prejuízos em Transações com Outros Valores De Bens	(2.799,54)	(4.826,31)	(17.228,63)
(-) Perdas de Capital	(19.543,07)	(34.215,67)	(56.567,90)
(-) Outras Despesas Não Operacionais	-	-	(16.370,28)
TOTAL	130.300,70	216.832,43	177.579,42

35. Resultado Não Recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme a definição da Resolução BCB nº 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultados não recorrentes nos períodos de 31 de dezembro de 2023 e 2022.

36. Partes Relacionadas

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições, estabelecidas em regulamentação específica.

36.1 Transações com Partes Relacionadas e Remuneração de Pessoal Chave da Administração

As operações com tais partes relacionadas e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com a observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas liberadas e de operações passivas captadas no exercício de 2023:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	250.000,00	0,0561%	2.259,00
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	147.580,66	0,0331%	1.348,00
TOTAL	397.580,66	0,0892%	3.607,00
Montante das Operações Passivas	1.161.294,11	0,2581%	

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 31/12/2023	
Empréstimos e Financiamentos	0,0439%
Crédito Rural (modalidades)	0,0445%
Aplicações Financeiras	0,2603%

b) Montante total das operações ativas e passivas atualizados em 31 de dezembro de 2023:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Dúvida)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Financiamentos Rurais	517.673,19	3.384,05	0,1906%
Empréstimos	448.416,96	2.372,46	0,1972%
Financiamentos	402.212,47	3.645,15	0,2907%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação a Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	332.878,20	0,1422%	-
Depósitos a Prazo	763.851,16	0,1376%	0,8615%
Letra de Crédito Agronegócio - LCA	1.111.940,10	1,5052%	0,8314%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.	Prazo médio (a.m)
Empréstimos	1,1712%	35,34
Financiamentos	1,1760%	50,79
Aplicação Financeira - Pós Fixada (% CDI)	92,0007%	120,24
Letra de Crédito Agronegócio - LCA	0,8409%	36,04

Conforme a Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a eles são deliberadas em última alçada de aprovação, no âmbito do Conselho da Administração ou, quando delegado formalmente, pela Diretoria Executiva, bem como são alvo de

acompanhamento especial pela administração da Cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Cheque Especial	1.092,32
Crédito Rural	1.531.783,53
Empréstimos	7.170.163,68
Financiamentos	812.341,92

e) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

Submodalidade Bacen	31/12/2023	31/12/2022
Beneficiários de Outras Coobrigações	144.640,71	153.977,54

f) Remuneração de pessoal chave da administração

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os montantes de remuneração e benefícios concedidos ao pessoal chave da administração, conforme deliberado em AGO em cumprimento à Lei 5.764/1971 art. 44, foram:

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
INSS Diretoria/Conselheiros	(202.615,24)	(393.571,60)	(398.183,56)
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(939.639,98)	(1.846.730,60)	(1.711.133,34)
F.G.T.S. Diretoria	(66.566,71)	(131.720,77)	(133.230,51)
Plano de Saúde	(2.651,24)	(2.651,24)	(6.328,10)

37.2 Cooperativa Central

O SICOOB UNIÃO DOS VALES, em conjunto com outras Cooperativas Singulares, é filiado ao SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (Cooperativas Singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, por meio dos instrumentos previstos na legislação pertinente e em normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para a consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabem ao SICOOB CENTRAL CREDIMINAS a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e o fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB UNIÃO DOS VALES responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL CREDIMINAS perante terceiros, até o limite do valor das cotas-parte do capital que subscrever, proporcionalmente, à sua participação nessas operações.

a) Saldos das transações da Cooperativa com o SICOOB CENTRAL CREDIMINAS:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Ativo - Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira – Nota 4	517.012.954,06	259.671.820,21
Ativo - Participações de Cooperativas – Nota 5	30.100.774,22	23.383.382,36
Total das Operações Ativas	547.113.728,28	283.055.202,57

b) Saldos das Receitas e Despesas da Cooperativa com o SICOOB CENTRAL CREDIMINAS:

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Ingressos de Depósitos Intercooperativos – Nota 4.a	29.098.953,07	48.321.942,97	25.457.662,83
Total das Receitas	29.098.953,07	48.321.942,97	25.457.662,83
Rateio de Despesas da Central – Nota 29.a	(674.269,88)	(1.274.710,98)	(1.024.729,79)
Total das Despesas	(674.269,88)	(1.274.710,98)	(1.024.729,79)

38. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955/2021, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado a seguir o cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Patrimônio de referência (PR)	120.176.139,27	92.148.223,87
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	729.576.889,74	684.657.903,79
Índice de Basileia (mínimo 12%) %	15,75	13,46
Imobilizado para cálculo do limite	34.024.453,04	31.634.948,66
Índice de imobilização (limite 50%) %	28,31	34,33

39. Benefícios a Empregados

A Cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus empregados, na modalidade de contribuição definida. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

A Cooperativa não possui benefícios de pós emprego a seus empregados, conforme definições do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), apenas benefícios de curto prazo, conforme montantes apresentados a seguir:

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Contribuição Previdência Privada	(74.126,71)	(146.373,52)	(190.724,75)
TOTAL	(74.126,71)	(146.373,52)	(190.724,75)

40. Gerenciamento de Risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A *Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos* e a *Política Institucional de Gerenciamento de Capital*, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital, são aprovadas pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, social, ambiental e climático e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo a adequada disseminação de informações e do fortalecimento da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das Cooperativas.

40.1 Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

A metodologia de alocação de capital utilizada para a determinação da parcela de risco operacional (RWApad) é a Abordagem do Indicador Básico.

40.2 Risco de Crédito

As diretrizes para o gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações, e no monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos, garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias, incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimativa (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como a comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;

- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- k) modelos para a avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- l) aplicação de testes de estresse, identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;
- m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

40.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros estão descritas na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado e do Risco de Variação das Taxas de Juros* e no *Manual de Gerenciamento do Risco de Mercado e do IRRBB*, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para as Cooperativas do segmento S3 e S4.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros é proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, adequada ao perfil dos riscos e à importância sistêmica da cooperativa, e capacitada para avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a cooperativa atua.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das Cooperativas.

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui:

- a) O risco de variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação;

b) O risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O IRRBB é definido com o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Para a mensuração do risco de mercado das operações contidas na carteira de negociação, são utilizadas metodologias padronizadas do Banco Central do Brasil (BCB), que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (commodities).

Para a mensuração do risco das operações da carteira bancária sujeitas à variação das taxas de juros, são utilizadas duas metodologias que avaliam o impacto no:

a) valor econômico (Δ EVE): diferença entre o valor presente do reapreçamento dos fluxos em um cenário-base e o valor presente do reapreçamento em um cenário de choque nas taxas de juros;

b) resultado de intermediação financeira (Δ NII): diferença entre o resultado de intermediação financeira em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira em um cenário de choque nas taxas de juros.

O acompanhamento do risco de mercado e do IRRBB das Cooperativas é realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciam, no mínimo:

a) o valor do risco e o consumo de limite da carteira de negociação, nas abordagens padronizadas pelo BCB;

b) os limites máximos do risco de mercado;

c) o valor de marcação a mercado dos ativos e passivos da carteira de negociação, segregados por fatores de risco;

d) o valor do risco e consumo de limite da carteira bancária, nas abordagens de valor econômico e do resultado de intermediação financeira, de acordo com as exigências normativas aplicáveis a cada segmento S3 e S4;

e) os descasamentos entre os fluxos de ativos e passivos, segregados por prazos e fatores de riscos;

f) os limites máximos do risco de variação das taxas de juros (IRRBB);

g) a sensibilidade para avaliar o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa da carteira, quando submetidos ao aumento paralelo de 1 (um) ponto-base na curva de juros;

h) o valor presente das posições, descontadas pela expectativa de taxa de juros futuros da carteira de ativos e passivos;

i) o resultado das perdas e dos ganhos embutidos (EGL);

j) resultado dos testes de estresse.

40.4 Risco de Liquidez

As diretrizes para o gerenciamento do risco de liquidez estão definidas na *Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira*, na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez* e no *Manual de Gerenciamento do Risco de Liquidez*, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco liquidez, com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O gerenciamento do risco de liquidez das Cooperativas do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente com as boas práticas de gestão.

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado, ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

a) acompanhamento do risco de liquidez das Cooperativas, realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos à órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciem, no mínimo:

- a.1) limite mínimo de liquidez;
- a.2) fluxo de caixa projetado;
- a.3) aplicação de cenários de estresse;
- a.4) definição de planos de contingência.

b) relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;

c) plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

Os resultados dos testes de estresse aplicando os cenários de estresse, tem por objetivo identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das cooperativas do Sicoob.

40.5 Riscos Social, Ambiental e Climático

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático é realizado com o objetivo de conhecer e mitigar riscos significativos que possam impactar as partes interessadas, além de produtos e serviços do Sicoob.

O Sicoob adota a *Política Institucional de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC)* na classificação da exposição das operações de crédito aos riscos sociais, ambientais e climáticos. A partir das orientações estabelecidas, é possível nortear os princípios e diretrizes visando contribuir para a concretização adequada à relevância da exposição aos riscos.

Risco Social: o processo de gerenciamento do risco social visa garantir o respeito à diversidade e à proteção de direitos nas relações de negócios e para todas as pessoas, avaliam impactos negativos e perdas que possam afetar a imagem do Sicoob.

Risco Ambiental: o processo de gerenciamento do risco ambiental consiste na realização de avaliações sistêmicas por meio da obtenção de informações ambientais, disponibilizadas por órgão competentes, observando potenciais impactos.

Risco Climático: o processo de gerenciamento do risco climático consiste na realização de avaliações sistêmicas considerando a probabilidade da ocorrência de eventos que possam ocasionar danos de origem climática, na observância dos riscos de transição e físico.

Os riscos social, ambiental e climático são observados nas linhas de negócios do Sicoob, seguindo os critérios de elegibilidade abaixo e avaliação desenvolvidos e divulgados nos manuais internos, em conformidade com as normas e regulamentações vigentes:

- a) setores de atuação de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;
- b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;
- c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático.

As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de escravo ou infantil.

40.6 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital com finalidade avaliar e acompanhar os índices mínimos de capital regulamentar e gerencial, com intuito de manter a necessidade de capital adequada aos objetivos estratégicos das entidades do Sicoob.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na *Política Institucional de Gerenciamento de Capital* do Sicoob.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificarem, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital alinhado aos objetivos estratégicos, principais fontes de capital e plano de contingência. Adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração das instituições.

40.7 Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na *Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios*, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;

- d) continuidade planejada das operações (ativos de TI, inclusive pessoas, instalações, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e depois da interrupção;
- e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificar os processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN tem base nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, revisados e testados, os *Planos de Continuidade de Negócios* contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os *Planos de Continuidade de Negócios* são classificados em *Plano de Continuidade Operacional (PCO)* e *Plano de Recuperação de Desastre (PRD)*.

Anualmente, são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

40.8 Risco Cibernético

O gerenciamento de Risco Cibernético compõe a Gestão Integrada de Riscos e abrange os riscos relacionados a segurança de sistemas, redes, infraestruturas, dados e usuários, assegurando uma abordagem abrangente para proteger as entidades do Sicoob contra ameaças no ambiente cibernético.

O ciclo de identificação, avaliação, tratamento e monitoramento do risco cibernético é realizado, no mínimo, bienalmente. Em casos excepcionais, a Diretoria Executiva do CCS poderá prorrogar ou antecipar o prazo do ciclo.

As responsabilidades sobre o risco cibernético são divididas da seguinte forma:

- a) Gerência de Risco Cibernético: responsável pela estrutura centralizada de gestão do risco cibernético das entidades do Sicoob;
- b) Segurança Cibernética e Segurança da Informação: Garantir, em conjunto com a área de Riscos Cibernéticos, a identificação, avaliação e tratamento adequado dos riscos cibernéticos. Adicionalmente, desenvolver e manter atualizado um plano de resposta a incidentes cibernéticos;
- c) Superintendência de Gestão Integrada de Riscos: supervisionará as atividades de gestão do risco cibernético e revisará periodicamente a eficácia das medidas implementadas;
- d) Diretoria Executiva: patrocinar a estrutura de gerenciamento do risco cibernético, possibilitando a avaliação tempestiva de impactos das exposições e a tomada de decisões, pelos gestores das áreas sob suas responsabilidades, em conformidade com as estratégias de tratamento dos riscos.

41. Seguros Contratados – Não Auditado

A Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e pelos agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

RAUL SOARES-MG

EDGAR DA SILVA
DIRETOR SUPERINTENDENTE

MARCELO SOUZA AGUIAR
DIRETOR EXECUTIVO COMERCIAL

RUBENS MIGUEL PEREIRA
CONTADOR -MG 091.409/O-6

Relatório da Administração 31 de dezembro de 2023

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DA UNIÃO DOS VALES DO PIRANGA E MATIPÓ LTDA. - SICOOB UNIÃO DOS VALES

Bem-vindos, cooperados e comunidade.

Seguindo o princípio da informação e prezando pelo valor da transparência, apresentamos neste documento as Demonstrações Financeiras relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2023 da cooperativa financeira SICOOB UNIÃO DOS VALES.

Aqui você também vai conhecer um pouco mais sobre a cooperativa e os resultados que alcançamos juntos no período. Esperamos que aprecie o conteúdo e descubra em nossos números a força do cooperativismo financeiro.

Boa leitura!

1. Contexto Sicoob

Formado por centenas de cooperativas financeiras espalhadas por todo o Brasil e presente em cerca de 2,2 mil municípios, o Sicoob é um dos maiores sistemas financeiros do país. Juntas, as cooperativas somam mais de 7 milhões de cooperados que constroem juntos um mundo com mais cooperação, pertencimento, responsabilidade social e justiça financeira.

2. Sustentabilidade

Visando estruturar um ambiente de sustentabilidade sistêmica que integre as práticas sociais, ambientais e de governança (ESG) ao modelo de negócios do Sicoob, todas as organizações do Sistema estão se mobilizando em torno do Pacto pelo Desenvolvimento Sustentável.

Para traduzir aos cooperados e às comunidades os nossos compromissos, contamos com um Plano de Sustentabilidade, Agenda e Relatório de Sustentabilidade, alinhados ao nosso plano estratégico e aderente as diretrizes do Banco Central do Brasil voltadas à Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática. Quer saber mais? Acesse www.sicoob.com.br/sustentabilidade.

3. Nossa cooperativa

O SICOOB UNIÃO DOS VALES é uma instituição financeira cooperativa voltada para fomentar o crédito para seu público-alvo, os cooperados, que, além de contar com um portfólio completo de produtos e serviços financeiros, têm participação nos resultados financeiros e contribuem para o desenvolvimento socioeconômico sustentável de suas comunidades.

4. Política de Crédito

Nossa atuação dá-se principalmente por meio da concessão de empréstimos e captação de depósitos. Concessão essa que é realizada para cooperados após prévia análise, respeitando limites de alçadas pré-estabelecidos que devem ser observados e cumpridos. Realizamos, ainda, consultas cadastrais e análises através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

Nossa política de classificação de risco de crédito está de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 90,07% nos níveis de "AA" a "C".

5. Governança Corporativa

A participação nas decisões é um valor que permeia nosso negócio, por isso cada cooperado tem direito a voto nas assembleias. Entre as decisões, está a eleição do Conselho de Administração, que é responsável pelas decisões estratégicas.

Os atos da administração da cooperativa, bem como a validação de seus balancetes mensais e do balanço patrimonial anual, são realizados pelo Conselho Fiscal que, também eleito em Assembleia, é responsável por verificar esses assuntos de forma sistemática. Ele atua de forma complementar ao Conselho de Administração. Neste mesmo sentido, a gestão dos negócios da cooperativa no dia a dia é realizada pela Diretoria Executiva.

A cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo Diretor responsável pelo gerenciamento contínuo de riscos. O objetivo é acompanhar a aderência aos normativos vigentes, sejam eles internos e/ou sistêmicos (SICOOB CENTRAL CREDIMINAS e Sicoob Confederação), bem como aqueles oriundos da legislação vigente.

Os balanços da cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a cooperativa adota ferramentas de gestão como o Manual de Crédito, que foi aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela central.

Além do Estatuto Social, seguimos regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal e o Regulamento Eleitoral.

A cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais. Além disso, os integrantes da nossa cooperativa estão em harmonia com o Pacto de Ética e de Conduta Profissional proposto pelo Sicoob Confederação.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos cooperados e à sociedade a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

6. Sistema de Ouvidoria

É um canal de comunicação com os nossos cooperados e integrantes das comunidades onde estamos presentes, em que são atendidas manifestações sobre nossos produtos.

No exercício de 2023, o SICOOB UNIÃO DOS VALES registrou o total de 96 (noventa e seis) manifestações. Das reclamações, 21 (vinte e uma) foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos regulamentares, conforme legislação vigente.

7. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito

O FGCoop é uma associação civil sem fins lucrativos criada para tornar as cooperativas financeiras tão competitivas quanto os bancos comerciais e proteger as pessoas que depositam sua confiança em cooperativas financeiras regulamentadas. Ele assegura que o cooperado receba seu dinheiro de volta nos casos de eventual intervenção ou liquidação da cooperativa financeira pelo Banco Central do Brasil, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil reais) por CPF ou CNPJ.

De acordo com o artigo 3º da Resolução CMN nº 4.933, de 29/7/2021, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

8. Demonstrações dos Resultados da Cooperativa

Data-base: 31 de dezembro de 2023.

Unidade de Apresentação: reais.

Resultados Financeiros do Período	% de variação	31/12/2023	31/12/2022
Sobras do Exercício - antes do Juros ao Capital	58,06%	24.226.983,30	15.327.481,25

Número de cooperados	% de variação	31/12/2023	31/12/2022
Total	17,42%	51.852	44.161

Carteira de Crédito	% de variação	31/12/2023	31/12/2022
Carteira Rural	-5,94%	271.633.769,07	288.776.478,82
Carteira Comercial	1,60%	390.034.345,10	383.902.983,00
Total	-1,64%	661.668.114,17	672.679.461,82

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2023 o percentual de 12,01% da carteira, no montante de R\$ 80.421.463,61.

Captações	% de variação	31/12/2023	31/12/2022
Depósitos à vista	18,14%	237.985.225,86	201.447.900,20
Depósitos sob aviso	4,18%	719.621,23	690.744,77
Depósitos a prazo	62,61%	554.508.410,34	340.994.733,54
LCA	15,04%	73.874.528,03	64.219.122,41
LCI	-29,33%	8.850.812,77	12.524.621,00
Total	41,31%	875.938.598,23	619.877.121,92

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2023 o percentual de 17,22% da captação, no montante de R\$ 149.861.332,26.

Patrimônio de referência	% de variação	31/12/2023	31/12/2022
Total	30,42%	120.176.139,27	92.148.223,87

9. Agradecimentos

Agradecemos aos nossos cooperados pela preferência e confiança e aos empregados pela dedicação.

Conselho de Administração e Diretoria.

RAUL SOARES-MG, 31 de dezembro de 2023.

Carta de Responsabilidade da Administração para o Sicoob Confederação

Raul Soares/MG, 01 de março de 2024.

À

Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. - Sicoob Confederação

Prezados Senhores:

Declaramos para os devidos fins, como administrador e responsável legal da **COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSÃO DA UNIÃO DOS VALES DO PIRANGA E MATIPÓ LTDA. - SICOOB UNIÃO DOS VALES**, CNPJ: 01.060.307/0001-40, que as informações relativas ao exercício de 2023, fornecidas a Vossas Senhorias para escrituração e elaboração das demonstrações financeiras, obrigações acessórias, apuração de tributos e arquivos eletrônicos exigidos pela fiscalização federal, estadual, municipal, trabalhista e previdenciária são fidedignas.

Também declaramos:

- (a) que os controles internos adotados pela nossa empresa são de responsabilidade da administração e estão adequados ao tipo de atividade e volume de transações;
- (b) que não realizamos nenhum tipo de operação que possa ser considerada ilegal, frente à legislação vigente;
- (c) que todos os documentos e/ou informações que geramos e recebemos de nossos associados e fornecedores, encaminhados para a elaboração da escrituração contábil e demais serviços contratados, estão revestidos de total idoneidade;
- (d) que as informações registradas no sistema de gestão e controle interno, denominado Sistema de Informática do Sicoob - SISBR, são controladas e validadas com documentação suporte adequada, sendo de nossa inteira responsabilidade todo o conteúdo do banco de dados e arquivos eletrônicos gerados;
- (e) que a Cooperativa tem cumprido todas as disposições de seus contratos que poderiam, em caso de descumprimento, ter um efeito relevante sobre as Demonstrações Financeiras;
- (f) que todos os contratos de operações de crédito, inclusive, as operações renegociadas estão devidamente registrados no SISBR;
- (g) que comunicamos aos senhores todas as informações relativas a alegações de fraude ou suspeitas de fraudes;
- (h) que para os devidos fins do disposto no inciso III do art. 11 da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, o SICOOB UNIÃO DOS VALES, quando necessário, notificou a ocorrência de propostas, transações ou operações passíveis de serem comunicadas ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF.

Além disso, declaramos que não existem quaisquer fatos ocorridos no período base que afetam ou possam afetar as demonstrações financeiras ou, ainda, a continuidade das operações da empresa.

Também confirmamos que não houve:

- (a) fraude envolvendo a administração ou empregados em cargos de responsabilidade ou confiança, exceto as que já foram comunicadas ao contador e reconhecidas na contabilidade;
- (b) fraude envolvendo terceiros que poderiam ter efeito material nas demonstrações contábeis, exceto as que já foram comunicadas ao contador e reconhecidas na contabilidade;

-
- (c) violação ou possíveis violações de leis, normas ou regulamentos cujos efeitos deveriam ser considerados para divulgação nas Demonstrações Financeiras ou mesmo dar origem ao registro de provisão para contingências passivas, e que tenha resultado ou possam vir a resultar em autuação por parte da Receita Federal do Brasil ou outros órgãos das esferas federal, estadual e municipal;
 - (d) autuação, comunicação, bem como qualquer outro tipo de correspondência, enviado pelo Banco Central do Brasil – BACEN ou por qualquer outro órgão regulador/fiscalizar, que não tenha sido levada ao conhecimento do contador responsável: RUBENS MIGUEL PEREIRA - CRC/MG-091.409/O-6.

Todas as transações efetuadas no período foram devidamente registradas no sistema contábil de acordo com a legislação vigente.

Atenciosamente,

COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSÃO DA UNIÃO DOS VALES DO PIRANGA E MATIPÓ LTDA. - SICOOB UNIÃO DOS VALES

**EDGAR DA SILVA
DIRETOR SUPERINTENDENTE**

**MARCELO SOUZA AGUIAR
DIRETOR EXECUTIVO COMERCIAL**

Carta de Responsabilidade da Administração para a Auditoria

Raul Soares/MG, 01 de março de 2024.

À
CNAC - Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa

Assunto: Carta de representação da administração da COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSÃO DA UNIÃO DOS VALES DO PIRANGA E MATIPÓ LTDA. - SICOOB UNIÃO DOS VALES, referente às demonstrações financeiras levantadas em **31 de dezembro de 2023**.

Prezados Senhores:

Com referência ao seu exame das demonstrações financeiras da COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSÃO DA UNIÃO DOS VALES DO PIRANGA E MATIPÓ LTDA. - SICOOB UNIÃO DOS VALES, relativa ao exercício findo em **31/12/2023**, fornecemos esta carta de representação em conexão com a sua auditoria, cujo objetivo é de expressar uma opinião se as demonstrações financeiras foram apresentadas adequadamente e averiguar se as mesmas refletem em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira e o resultado das operações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Para fins de identificação, as demonstrações financeiras apresentam os seguintes valores básicos:

		Valores correspondentes
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Ativo	1.243.306.438,10	986.009.983,87
Passivo	1.105.157.349,05	879.926.215,78
Patrimônio Líquido	138.149.089,05	106.083.768,09
(=) Total do Passivo + Patrimônio Líquido	1.243.306.438,10	986.009.983,87
Sobras ou Perdas do período – antes dos juros ao capital e destinações	24.226.983,30	15.327.481,25

Cumprimos nossas responsabilidades como definidas nos termos do convênio do trabalho de auditoria, pela elaboração e apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Desta forma, conforme **Carta de Autorização das Demonstrações Financeiras**, datada de **01/03/2024**, as demonstrações financeiras foram revisadas e aprovadas.

Confirmamos que (com base em nosso melhor entendimento e opinião, depois de feitas as indagações que consideramos necessárias para o fim de nos informarmos apropriadamente):

- 01- A escrituração contábil e os controles internos adotados pela Cooperativa no período são de nossa responsabilidade, sendo adequados ao tipo de atividade e volume de transações.
- 02- Confirmamos que todas as transações efetuadas foram devidamente registradas na contabilidade e estão refletidas nas demonstrações financeiras de acordo com a legislação vigente.
- 03- A Cooperativa tem cumprido todas as disposições de seus contratos que poderiam, em caso de descumprimento, ter um efeito relevante sobre as demonstrações contábeis.
- 04- Não temos operações que possam ser consideradas como instrumentos financeiros derivativos.
- 05- Nossa administração cumpriu todas as normas e regulamentos a que a Cooperativa está sujeita e não houve qualquer comunicação referente à inobservância de exigências de autoridades regulamentadoras a respeito de aspectos financeiros.

- 06- Todos os ativos são de propriedade da Cooperativa e que os mesmos estão livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou gravames.
- 07- Conforme levantamento realizado pela administração desta cooperativa e registrado na Carta de Autorização para emissão das Demonstrações Financeiras, datada de **01/03/2024**, não há indícios de possível desvalorização dos ativos que indiquem a necessidade de ajustes ao valor recuperável, exceto pelas provisões já constituídas, conforme CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.
- 08- Foram adequadamente contabilizados e divulgados nas demonstrações financeiras os saldos das provisões de risco de crédito, conforme legislação em vigor, principalmente no tocante à devida classificação das operações renovadas/renegociadas, sendo o saldo apurado representativo do real risco da nossa carteira de crédito.
- 09- Não temos planos ou intenções que possam afetar substancialmente o valor ou a classificação de ativos e passivos constantes das demonstrações contábeis.
- 10- Não existem irregularidades pendentes envolvendo a administração ou colaboradores que possam ter efeito significativo sobre as demonstrações contábeis.
- 11- Não temos conhecimento de outras contingências que envolvem a Cooperativa, na data base das demonstrações contábeis, que não as já provisionadas ou divulgadas em notas explicativas, exceto as que foram julgadas como probabilidade de perda remota para a cooperativa. As estimativas foram contabilizadas com base em dados e pressupostos consistentes confirmados por nosso(s) assessor(es) jurídico(s)/advogado(s) credenciado(s). Todas as informações sobre contingências que envolvem a Cooperativa, na data base das demonstrações financeiras foram disponibilizadas e informadas a V.Sas.
- 12- Não há quaisquer contingências fiscais, trabalhistas, previdenciárias, comerciais e legais que possam afetar a situação financeira e patrimonial da Cooperativa e influir, significativamente, na continuidade de suas atividades.
- 13- Todos os eventos subsequentes à data das demonstrações financeiras para os quais as práticas contábeis adotadas no Brasil exigem ajuste ou divulgação foram ajustados ou divulgados em conformidade com o CPC 24 - Evento Subsequente.
- 14- Foi observado o Pronunciamento Técnico CPC 33 – Benefícios a Empregados no que tange a registros e divulgações em conformidade com a Resolução CMN nº 4.877/2020.
- 15- Não há nenhum fato conhecido que possa impedir a continuidade normal das atividades da Cooperativa.
- 16- Julgamos que os seguros contratados foram efetuados em valores suficientes para cobrir eventuais sinistros que possam ocorrer.
- 17- Os efeitos das distorções não corrigidas apontadas por esta auditoria foram considerados por esta administração como irrelevantes, individual e agregadamente para as demonstrações financeiras como um todo.
- 18- Confirmamos a seguir o cadastro de todos os consultores jurídicos que cuidam de litígios cuja cooperativa é parte envolvida:

Nome	Endereço	OAB
Karine Marques Ferreira	Rua dos Timbiras, nº 2788, sala 901, Bairro Barro Preto, Belo Horizonte/MG - CEP 30.140-062	104.872
Ana Paula Rosa Cardoso	Rua dos Timbiras, nº 2788, sala 901, Bairro Barro Preto, Belo Horizonte/MG - CEP 30.140-062	128.303
Stefanno Raphael Oliveira Lopes Machado	Rua dos Timbiras, nº 2788, sala 901, Bairro Barro Preto, Belo Horizonte/MG - CEP 30.140-062	185.276
Caroline Dias Tego	Rua dos Timbiras, nº 2788, sala 901, Bairro Barro Preto, Belo Horizonte/MG - CEP 30.140-062	129.322

Davidson Henrique Eulino Silva Santos	Rua Araguari, 358, sala 1002, Barro Preto, Belo Horizonte - MG	101.716
Victor Thadeu Figueiredo de Souza	Rua Araguari, 358, sala 1002, Barro Preto, Belo Horizonte - MG	102.167
Pedro Henrique Gouvêa Baião	Rua Alagoas, 1.314, conjunto 608, Funcionários, Belo Horizonte/MG	157.285
Tiago Luís Coelho da Rocha	Rua Alagoas, 1.314, conjunto 608, Funcionários, Belo Horizonte/MG	71.874
Barroso, Muzzi, Barros, Guerra e Associados – Advocacia e Consultoria Empresarial	Avenida Getúlio Vargas, n.º 447, Pilotis, bairro Funcionários, CEP 30.112-020, Belo Horizonte/MG.	430
Igor de Souza Mercêdo Moreira	Rua dos Inconfidentes, 1.075, 12º andar, Salas 1202 e 1103 Funcionários, Belo Horizonte - MG	166.892
Ivan de Souza Mercêdo Moreira	Rua dos Inconfidentes, 1.075, 12º andar, Salas 1202 e 1103 Funcionários, Belo Horizonte - MG	168.290
Thaís Cristina Almeida Medeiros	Rua dos Inconfidentes, 1.075, 12º andar, Salas 1202 e 1103 Funcionários, Belo Horizonte - MG	156.900
Allisson Feliciano Guedes	Rua dos Inconfidentes, 1.075, 12º andar, Salas 1202 e 1103 Funcionários, Belo Horizonte - MG	129.553
Isabella Ramos Guerra	Rua dos Inconfidentes, 1.075, 12º andar, Salas 1202 e 1103 Funcionários, Belo Horizonte - MG	166.102
Luiz Gustavo Vieira Almeida	Rua dos Inconfidentes, 1.075, 12º andar, Salas 1202 e 1103 Funcionários, Belo Horizonte - MG	219.737
Juliana Carvalho Gomes	Rua dos Inconfidentes, 1.075, 12º andar, Salas 1202 e 1103 Funcionários, Belo Horizonte - MG	163.700
Catharine Oliveira Chaves Valle	Rua dos Inconfidentes, 1.075, 12º andar, Salas 1202 e 1103 Funcionários, Belo Horizonte - MG	218.100
Ana Luiza Souza cruz	Rua dos Inconfidentes, 1.075, 12º andar, Salas 1202 e 1103 Funcionários, Belo Horizonte - MG	221.004
Carolina Abreu da Silva	Rua dos Inconfidentes, 1.075, 12º andar, Salas 1202 e 1103 Funcionários, Belo Horizonte - MG	174.503

19- Relacionamos a seguir as empresas responsáveis pelo transporte e guarda de numerários da Cooperativa:

Nome	CNPJ
PROTEGE S/A PROT. E TRANSPORTE DE VALORES	43.035.146/0079-45
PROTEGE S/A PROT. E TRANSPORTE DE VALORES	43.035.146/0082-40
PROTEGE S/A PROT. E TRANSPORTE DE VALORES	43.035.146/0061-16
PROSEGUR BRASIL S/A – TRANSP. DE VAL. E SEG.	17.428.731/0013-79
PROSEGUR BRASIL S/A – TRANSP. DE VAL. E SEG.	17.428.731/0035-84
PROSEGUR BRASIL S/A – TRANSP. DE VAL. E SEG.	17.428.731.0001-35

20- A Cooperativa não mantém relações com outras instituições financeiras, além da Centralização Financeira mantida junto a sua Central.

21- Divulgamos aos senhores a identidade das partes relacionadas e todos os relacionamentos e transações das quais temos conhecimento como operações de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. Inclui-se na remuneração todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela instituição a colaboradores que exercem cargo de gestão em troca dos serviços que lhe são prestados, bem como foram apropriadamente contabilizados e divulgados em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Informamos que para fins de atendimento específico dos requerimentos da Resolução N° 4.693/2018, a qual em seu art. 2º abrange como partes relacionadas todos os membros de órgãos, cadastramos em nossos sistemas informatizados também os membros do Conselho Fiscal da Cooperativa e pessoas ligadas a estes, conforme as definições desta norma. Ressaltando que, dado a distinção de conceitos de partes relacionadas entre a Resolução N° 4.693/2018 e o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes

Relacionadas, não são incluídas e divulgadas as transações com Conselho Fiscal e pessoas ligadas a estes nas notas explicativas às demonstrações financeiras geradas automaticamente por nosso sistema informatizado.

Não temos conhecimento de outras partes relacionadas, além daquelas pelas quais se apresentam informações nas respectivas notas explicativas às demonstrações contábeis, e que listamos no relatório anexo do Sisbr.

- 22- Não temos conhecimento de que diretores ou funcionários em cargos de responsabilidade ou confiança tenham participado ou participem da administração ou tenham interesses em sociedades com as quais a empresa mantinha ou mantém transações.
- 23- Divulgamos aos senhores todas as informações relativas a alegações de fraude ou suspeita de fraude. Não temos conhecimento de fraude envolvendo a administração ou colaboradores em cargos de responsabilidade ou confiança que poderiam ter efeito relevante nas demonstrações financeiras e violação ou possíveis violações de leis, normas ou regulamentos cujos efeitos deveriam ser considerados para divulgação nas demonstrações financeiras ou mesmo dar origem ao registro de provisão para contingências passivas.
- 24- Divulgamos a V. Sas. todos os casos conhecidos de não conformidade ou suspeita de não conformidade com leis e regulamentos, cujos efeitos devem ser considerados na elaboração de demonstrações contábeis
- 25- Divulgamos aos senhores todas as informações relativas autuação, comunicação, bem como qualquer outro tipo de correspondência, enviado pelo Banco Central do Brasil – BACEN, pela Cooperativa Central ou por qualquer outro órgão regulador/fiscalizar.
- 26- Divulgamos aos senhores todas as informações relativas às deficiências no controle interno de que a administração tem conhecimento.
- 27- Reconhecemos nossa responsabilidade quanto à implementação dos sistemas de controles internos e de confecção anual de relatório de acompanhamento sistemático das atividades relacionadas com os sistemas de controles internos, conforme requerido pelo Art. 6º da Resolução CMN N° 4.968/ 2021 e Comunicado Técnico do Ibracon nº 03/10 (R1).
- 28- Reafirmamos que continuam apropriadas, as representações formais que fizemos anteriormente a respeito dos períodos precedentes relativos, atualmente, aos valores correspondentes apresentados para efeito comparativo às demonstrações contábeis.
- 29- Nós lhes fornecemos:
 - acessos a todas as informações das quais estamos cientes que são relevantes para a elaboração das demonstrações contábeis, tais como registros, documentação, atas de reuniões do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e outros.
 - Informações adicionais que V. Sas. nos solicitaram para o propósito da auditoria.
 - Acesso irrestrito a pessoas dentro da entidade das quais V. Sas. determinaram necessário obter evidência de auditoria.
 - Todos os documentos que pretendemos publicar além das demonstrações contábeis, sendo estes consistentes entre si e não contendo nenhuma distorção relevante.

Atenciosamente,

**COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSÃO DA UNIÃO DOS VALES DO PIRANGA E MATIPÓ LTDA. - SICOOB
UNIÃO DOS VALES**

**EDGAR DA SILVA
DIRETOR EXECUTIVO ADMINISTRATIVO**

**MARCELO SOUZA AGUIAR
DIRETOR EXECUTIVO COMERCIAL**

**RUBENS MIGUEL PEREIRA
CONTADOR - CRC/MG-091.409/O-6**



0300 - SICOOB CONFEDERAÇÃO

SISBR - Sistema de Cadastro de Instituição
Relatório de Partes Relacionadas

Data de Emissão:
28/02/2024
Hora de Emissão:
16:52:51

RELATÓRIO ANALÍTICO DAS PARTES RELACIONADAS:

Instituição:

3164 - SICOOB UNIÃO

Instituição Responsável:

1003 - SICOOB CENTRAL CREDIMINAS

Nome: EDGAR DA SILVA

Data cadastro: 03/08/2017

Início AGO: 2020

CPF/CNPJ: 002.357.827-00

Data início posse: 25/09/2020

Fim AGO: 2024

Cargo: DIRETOR SUPERINTENDENTE

Data fim mandato: 31/12/2024

Pessoas relacionadas

Nome	CPF/CNPJ	Grau	Desc.	Data
ADRIANA MARCIA DOS SANTOS SILVA	839.866.346-49	CÔNJUGE		03/08/2017
THAVILA DOS SANTOS SILVA	121.422.956-57	FILHO(A)		13/10/2020

Instituição:

3164 - SICOOB UNIÃO

Instituição Responsável:

1003 - SICOOB CENTRAL CREDIMINAS

Nome: DANIELA SABINA PINTO LOPES

Data cadastro: 03/08/2017

Início AGO: 2020

CPF/CNPJ: 703.063.546-91

Data início posse: 06/10/2020

Fim AGO: 2024

Cargo: CONSELHEIRO DE ADMINISTRAÇÃO

Data fim mandato: 06/10/2024

Pessoas relacionadas

Nome	CPF/CNPJ	Grau	Desc.	Data
GERALDO MAJELA LOPES	602.809.726-87	CÔNJUGE		03/08/2017

Instituição:

3164 - SICOOB UNIÃO

Instituição Responsável:

1003 - SICOOB CENTRAL CREDIMINAS

Nome: JESUS FERNANDES LEAO

Data cadastro: 05/02/2019

Início AGO: 2020

CPF/CNPJ: 456.262.946-00

Data início posse: 25/09/2020

Fim AGO: 2024

Cargo: DIRETOR SUPERINTENDENTE

Data fim mandato: 31/12/2024

Pessoas relacionadas

Nome	CPF/CNPJ	Grau	Desc.	Data



0300 - SICOOB CONFEDERAÇÃO

**SISBR - Sistema de Cadastro de Instituição
Relatório de Partes Relacionadas**

Data de Emissão:
28/02/2024
Hora de Emissão:
16:52:51

RELATÓRIO ANALÍTICO DAS PARTES RELACIONADAS:

ELIANE ALICE MOURO LEAO	750.380.996-53	CÔNJUGE		04/08/2020
HUGO MOURO LEAO	102.697.166-70	FILHO(A)		04/08/2020

Instituição:

3164 - SICOOB UNIÃO

Instituição Responsável:

1003 - SICOOB CENTRAL CREDIMINAS

Nome: OSCAR ALVES DE BARROS

Data cadastro: 04/08/2020

Início AGO: 2021

CPF/CNPJ: 091.909.076-12

Data início posse: 14/04/2021

Fim AGO: 2025

Cargo: CONSELHEIRO FISCAL EFETIVO

Data fim mandato: 31/12/2025

Pessoas relacionadas

Nome	CPF/CNPJ	Grau	Desc.	Data
ALVES & BARROS COMERCIO DE MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA	08.644.888/0001-07	OUTROS	SÓCIO	04/08/2020
ANTONIO ALVES DE BARROS	538.555.406-59	OUTROS	PAI - CORRENTISTA	04/08/2020
IVANI ALVES DO CARMO BARROS	845.985.496-53	OUTROS	MAE - CORRENTISTA	04/08/2020

Instituição:

3164 - SICOOB UNIÃO

Instituição Responsável:

1003 - SICOOB CENTRAL CREDIMINAS

Nome: JOSE CLARET GOMES

Data cadastro: 04/08/2020

Início AGO: 2021

CPF/CNPJ: 578.309.246-00

Data início posse: 14/04/2021

Fim AGO: 2025

Cargo: CONSELHEIRO FISCAL EFETIVO

Data fim mandato: 31/12/2025

Pessoas relacionadas

Nome	CPF/CNPJ	Grau	Desc.	Data
ELIZABETE GONCALVES DE OLIVEIRA GOMES	672.465.326-68	CÔNJUGE		04/08/2020

RELATÓRIO ANALÍTICO DAS PARTES RELACIONADAS:**Instituição:**

3164 - SICOOB UNIÃO

Instituição Responsável:

1003 - SICOOB CENTRAL CREDIMINAS

Nome: IGOR VIEIRA SANTANA

Data cadastro: 04/08/2020

Início AGO: 2021

CPF/CNPJ: 068.699.356-02

Data início posse: 14/04/2021

Fim AGO: 2025

Cargo: CONSELHEIRO FISCAL SUPLENTE

Data fim mandato: 31/12/2025

Pessoas relacionadas

Nome	CPF/CNPJ	Grau	Desc.	Data
IGOR VIEIRA SANTANA	08.817.602/0001-48	OUTROS	SÓCIO	04/08/2020

Instituição:

3164 - SICOOB UNIÃO

Instituição Responsável:

1003 - SICOOB CENTRAL CREDIMINAS

Nome: ALINE VAROTO DE ALMEIDA

Data cadastro: 13/10/2020

Início AGO: 2020

CPF/CNPJ: 089.150.376-50

Data início posse: 06/10/2020

Fim AGO: 2024

Cargo: CONSELHEIRO DE ADMINISTRAÇÃO

Data fim mandato: 06/10/2024

Pessoas relacionadas

Nome	CPF/CNPJ	Grau	Desc.	Data
MARCELO FRADE MARTINS	075.504.086-45	CÔNJUGE		13/10/2020

Instituição:

3164 - SICOOB UNIÃO

Instituição Responsável:

1003 - SICOOB CENTRAL CREDIMINAS

Nome: HELIO PEREIRA SANTIAGO

Data cadastro: 13/10/2020

Início AGO: 2020

CPF/CNPJ: 043.754.756-68

Data início posse: 06/10/2020

Fim AGO: 2024

Cargo: VICE PRESIDENTE DO CONS. ADM

Data fim mandato: 06/10/2024

Pessoas relacionadas

Nome	CPF/CNPJ	Grau	Desc.	Data
HELENA NORONHA SANTIAGO	972.062.376-49	CÔNJUGE		13/10/2020



0300 - SICOOB CONFEDERAÇÃO

SISBR - Sistema de Cadastro de Instituição
Relatório de Partes Relacionadas

Data de Emissão:
28/02/2024
Hora de Emissão:
16:52:51

RELATÓRIO ANALÍTICO DAS PARTES RELACIONADAS:

RAMILSON NORONHA SANTIAGO	993.448.666-00	FILHO(A)		13/10/2020
RODOLFO NORONHA SANTIAGO	977.152.556-53	FILHO(A)		13/10/2020
JULIANA NORONHA SANTIAGO	873.547.996-53	FILHO(A)		13/10/2020

Instituição:

3164 - SICOOB UNIÃO

Instituição Responsável:

1003 - SICOOB CENTRAL CREDIMINAS

Nome: MARCELO SOUZA AGUIAR

Data cadastro: 13/10/2020

Início AGO: 2020

CPF/CNPJ: 055.491.006-30

Data início posse: 25/09/2020

Fim AGO: 2024

Cargo: DIRETOR SUPERINTENDENTE

Data fim mandato: 31/12/2024

Pessoas relacionadas

Nome	CPF/CNPJ	Grau	Desc.	Data
SILVANIA MILANI AGUIAR	069.783.256-27	CÔNJUGE		13/10/2020
MILANI & AGUIAR SC LTDA	97.541.616/0001-01	OUTROS		13/10/2020
CITPLACE AGENCIA DE TECNOLOGIA E NEGOCIOS DIGITAIS	37.823.041/0001-98	OUTROS		13/10/2020

Instituição:

3164 - SICOOB UNIÃO

Instituição Responsável:

1003 - SICOOB CENTRAL CREDIMINAS

Nome: FRANCISCO DE ASSIS VENTURA

Data cadastro: 13/10/2020

Início AGO: 2020

CPF/CNPJ: 494.608.116-04

Data início posse: 06/10/2020

Fim AGO: 2024

Cargo: CONSELHEIRO DE ADMINISTRAÇÃO

Data fim mandato: 06/10/2024

Pessoas relacionadas

Nome	CPF/CNPJ	Grau	Desc.	Data
MARIA DA CONSOLACAO SANTOS VENTURA	372.925.106-63	CÔNJUGE		13/10/2020
SRV EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA.	20.193.176/0001-14	OUTROS		13/10/2020



0300 - SICOOB CONFEDERAÇÃO

SISBR - Sistema de Cadastro de Instituição
Relatório de Partes Relacionadas

Data de Emissão:
28/02/2024
Hora de Emissão:
16:52:52

RELATÓRIO ANALÍTICO DAS PARTES RELACIONADAS:

Instituição:	Instituição Responsável:
3164 - SICOOB UNIÃO	1003 - SICOOB CENTRAL CREDIMINAS
Nome: JOSE GERALDO SOBRINHO	Data cadastro: 13/10/2020
CPF/CNPJ: 180.689.286-34	Data início posse: 06/10/2020
Cargo: CONSELHEIRO DE ADMINISTRAÇÃO	Data fim mandato: 06/10/2024

Pessoas relacionadas

Nome	CPF/CNPJ	Grau	Desc.	Data
WILCELIA SOARES TRIANI GERALDO	527.783.476-15	CÔNJUGE		13/10/2020
TRANSPORTADORA WAT LTDA	03.074.744/0001-49	OUTROS		13/10/2020

Instituição:	Instituição Responsável:
3164 - SICOOB UNIÃO	1003 - SICOOB CENTRAL CREDIMINAS
Nome: EVANILSON DANELON GRILLO	Data cadastro: 05/11/2020
CPF/CNPJ: 012.408.276-95	Data início posse: 06/10/2020
Cargo: PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADM.	Data fim mandato: 06/10/2024

Pessoas relacionadas

Nome	CPF/CNPJ	Grau	Desc.	Data
LETICIA DE SOUZA ZOQBI GRILLO	062.766.046-07	CÔNJUGE		05/11/2020
RESTAURANTE GRILLOS LTDA	07.592.148/0001-01	OUTROS		05/11/2020
DANELON GRILLO & CIA. LTDA	05.370.301/0001-20	OUTROS		05/11/2020
ALBERTO ZOQBI GRILLO	143.244.336-40	FILHO(A)		05/11/2020
EVA CARNEIRO GRILLO	037.220.806-14	OUTROS		05/11/2020
JOSE DANELON GRILLO	112.797.456-49	OUTROS		05/11/2020
PATRICIA DE SOUZA ZOQBI	078.095.486-62	OUTROS		05/11/2020

RELATÓRIO ANALÍTICO DAS PARTES RELACIONADAS:

Instituição:	Instituição Responsável:		
3164 - SICOOB UNIÃO	1003 - SICOOB CENTRAL CREDIMINAS		
Nome: LEDSLANE APARECIDA SALGADO DA SILVA	Data cadastro:	18/06/2021	Início AGO: 2021
CPF/CNPJ: 089.722.376-47	Data início posse:	14/04/2021	Fim AGO: 2025
Cargo: CONSELHEIRO FISCAL EFETIVO	Data fim mandato:	31/12/2025	
Instituição:	Instituição Responsável:		
3164 - SICOOB UNIÃO	1003 - SICOOB CENTRAL CREDIMINAS		
Nome: SEBASTIAO LOPES DE BARCELOS JUNIOR	Data cadastro:	18/06/2021	Início AGO: 2021
CPF/CNPJ: 051.176.386-70	Data início posse:	14/04/2021	Fim AGO: 2025
Cargo: CONSELHEIRO FISCAL SUPLENTE	Data fim mandato:	31/12/2025	
Instituição:	Instituição Responsável:		
3164 - SICOOB UNIÃO	1003 - SICOOB CENTRAL CREDIMINAS		
Nome: FABRICIO SOARES FADEL E FADEL	Data cadastro:	18/06/2021	Início AGO: 2021
CPF/CNPJ: 071.508.476-33	Data início posse:	14/04/2021	Fim AGO: 2025
Cargo: CONSELHEIRO FISCAL SUPLENTE	Data fim mandato:	31/12/2025	

Pessoas relacionadas

Nome	CPF/CNPJ	Grau	Desc.	Data
CENTRO AUTOMOTIVO FADEL & FADEL LTDA	23.795.461/0001-01	OUTROS	EMPRESA	18/06/2021

Instituição:	Instituição Responsável:		
3164 - SICOOB UNIÃO	1003 - SICOOB CENTRAL CREDIMINAS		
Nome: DANIELA SABINA PINTO LOPES	Data cadastro:	04/07/2023	Início AGO: 2020
CPF/CNPJ: 703.063.546-91	Data início posse:	25/09/2020	Fim AGO: 2024
Cargo: CONSELHEIRO VOGAL	Data fim mandato:	31/12/2024	



0300 - SICOOB CONFEDERAÇÃO

SISBR - Sistema de Cadastro de Instituição
Relatório de Partes Relacionadas

Data de Emissão:
28/02/2024
Hora de Emissão:
16:52:52

RELATÓRIO ANALÍTICO DAS PARTES RELACIONADAS:

Instituição:	Instituição Responsável:		
3164 - SICOOB UNIÃO	1003 - SICOOB CENTRAL CREDIMINAS		
Nome: FRANCISCO DE ASSIS VENTURA	Data cadastro: 04/07/2023	Início AGO: 2020	
CPF/CNPJ: 494.608.116-04	Data início posse: 25/09/2020	Fim AGO: 2024	
Cargo: CONSELHEIRO VOGAL	Data fim mandato: 31/12/2024		
Instituição:	Instituição Responsável:		
3164 - SICOOB UNIÃO	1003 - SICOOB CENTRAL CREDIMINAS		
Nome: JOSE GERALDO SOBRINHO	Data cadastro: 04/07/2023	Início AGO: 2020	
CPF/CNPJ: 180.689.286-34	Data início posse: 25/09/2020	Fim AGO: 2024	
Cargo: CONSELHEIRO VOGAL	Data fim mandato: 31/12/2024		
Instituição:	Instituição Responsável:		
3164 - SICOOB UNIÃO	1003 - SICOOB CENTRAL CREDIMINAS		
Nome: ALINE VAROTO DE ALMEIDA	Data cadastro: 04/07/2023	Início AGO: 2020	
CPF/CNPJ: 089.150.376-50	Data início posse: 25/09/2020	Fim AGO: 2024	
Cargo: CONSELHEIRO VOGAL	Data fim mandato: 31/12/2024		
Instituição:	Instituição Responsável:		
3164 - SICOOB UNIÃO	1003 - SICOOB CENTRAL CREDIMINAS		
Nome: HELIO PEREIRA SANTIAGO	Data cadastro: 04/07/2023	Início AGO: 2020	
CPF/CNPJ: 043.754.756-68	Data início posse: 25/09/2020	Fim AGO: 2024	
Cargo: VICE-PRESIDENTE	Data fim mandato: 31/12/2024		
Instituição:	Instituição Responsável:		
3164 - SICOOB UNIÃO	1003 - SICOOB CENTRAL CREDIMINAS		
Nome: EVANILSON DANELON GRILLO	Data cadastro: 04/07/2023	Início AGO: 2020	
CPF/CNPJ: 012.408.276-95	Data início posse: 25/09/2020	Fim AGO: 2024	
Cargo: PRESIDENTE	Data fim mandato: 31/12/2024		

Carta de Autorização para Emissão das Demonstrações Financeiras do Exercício de 2023

Raul Soares/MG, 01 de março de 2024.

Na qualidade de administradores da **COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSÃO DA UNIÃO DOS VALES DO PIRANGA E MATIPÓ LTDA. - SICOOB UNIÃO DOS VALES** e no exercício das atribuições legais e estatutárias, examinamos as demonstrações financeiras do exercício de 2023 em sua totalidade, destacando os seguintes aspectos:

Peças Contábeis	De acordo
Balanço Patrimonial	Sim
Demonstração das Sobras ou Perdas	Sim
Demonstração do Resultado Abrangente	Sim
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	Sim
Demonstração dos Fluxos de Caixa	Sim
Notas Explicativas	De acordo
Operações de Crédito	Sim
Outros Ativos	Sim
Provisões para Contingências – Demandas Judiciais	Sim
Total de cooperados	Sim
Transações com Partes Relacionadas	Sim
Responsáveis pelas Demonstrações Financeiras	Sim

Eventos subsequentes

Com base nos exames realizados, não evidenciamos, até o momento, qualquer evento subsequente à data de 31/12/2023, que possa afetar de forma relevante a posição patrimonial e financeira do exercício de 2023, bem como o resultado do período.

Impairment - ativos

Foram feitas análises para identificar a possível desvalorização dos ativos que indiquem necessidade de ajuste do valor recuperável, conforme Resolução CMN nº 4.924, de 24/06/2021. Declaramos que não existem indícios de redução do valor recuperável dos ativos.

Sendo assim, as demonstrações contábeis estão aprovadas e autorizadas para emissão nesta data.

Atenciosamente,

COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSÃO DA UNIÃO DOS VALES DO PIRANGA E MATIPÓ LTDA. - SICOOB UNIÃO DOS VALES

EDGAR
DIRETOR SUPERINTENDENTE

DA

SILVA

MARCELO SOUZA AGUIAR
DIRETOR EXECUTIVO COMERCIAL

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal efetivo do SICOOB UNIÃO DOS VALES – Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da União dos Vales do Piranga e Matipó Ltda., reunido em 26 de fevereiro de 2024, em cumprimento ao Art. 54, incisos III e IV, do Estatuto Social, declara para os devidos fins legais e estatutários, que examinou os documentos que compreendem o Balanço Patrimonial, relativo ao exercício fiscal do ano de 2023, findo em 31 de dezembro de 2023.

As Demonstrações Contábeis apresentadas pela Diretoria Executiva representam adequadamente os aspectos relevantes quanto à posição patrimonial e financeira do SICOOB UNIÃO DOS VALES - Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da União dos Vales do Piranga e Matipó Ltda., em 31 de dezembro de 2023.

Assim, somos favoráveis à aprovação das contas referente ao período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2023 sem qualquer ressalva ou recomendação.

Raul Soares – MG, 26 de fevereiro de 2024.

Oscar Alves de Barros
Coordenador do Conselho Fiscal

José Claret Gomes
Secretário do Conselho Fiscal

Ledslane Aparecida Salgado da Silva
Conselheira Fiscal

